



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 203

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2019

ANO VIII



SUMÁRIO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS	Capa
TAQUIGRAFIA	4483
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	4510

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 412/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias, no período de 24 a 29/11/2019, aos servidores relacionados que irão realizar levantamento físico dos bens permanentes desta Casa de Leis, nos municípios de Vilhena-RO, Corumbiara - RO, Cacoal - RO, Jaru - RO, Ji-Paraná - RO, Espigão D'Oeste - RO e Guajará Mirim - RO, conforme processo nº 0018415/2019-49.

Matrícula: 200165671
Nome: Estevam Alves Barbosa
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dep. Marcelo Cruz

Matrícula: 200165673
Nome: Luiz Carlos da Silva

MESA DIRETORA

Presidente: LAERTE GOMES
1º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON
2º Vice-Presidente: CASSIA MULETA

1º Secretário: ISMAEL CRISPIN
2º Secretário: DR. NEIDSON
3º Secretário: GERALDO DA RONDÔNIA
4º Secretário: EDSON MARTINS

Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dep. Aécio da TV

Matrícula: 100006537
Nome: Jose Miranda Pereira Filho
Cargo: Auxiliar Administrativo
Lotação: Dep. de Almoz. e Patrim.

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 413/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias, no período de 24 a 29/11/2019, ao servidor relacionado que irá ministrar o curso de Libras Para Atendimento ao Público, no município de Primavera de Rondônia - RO, conforme processo nº 0018780/2019-26.

Matrícula: 200167051
Nome: William Cesar Sestito Ribeiro
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Div. de Biblioteca

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Hélder Risler de Oliveira*
Departamento legislativo - *Maria Aparecida Silva N. Lima*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

ATO Nº 414/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias, no período de 25 a 30/11/2019, ao servidor relacionado que irá ministrar o curso de Motivação Para Incentivo a Realização Pessoal e Profissional, no município de Colorado do Oeste - RO, conforme processo nº 00018775/2019-24.

Matrícula: 100007204
Nome: Aldo Dias Knightz
Cargo: Assist. Tec. Legislativo
Lotação: Esc.Legislativo

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 415/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias, no período de 24 a 29/11/2019, ao servidor relacionado que irá ministrar Oficina de Informática Básica, no município de Candeias do Jamari - RO, conforme processo nº 0018779/2019-26.

Matrícula: 100002006
Nome: Emerson Lima Santos
Cargo: Assist. Tec. Legislativo
Lotação: Esc.Legislativo

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 416/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 24 a 26/11/2019, ao servidor relacionado que irá ministrar a Oficina de Oratória, no

município de Nova União - RO, conforme processo nº 0018777/2019-25.

Matrícula: 100010455
Nome: Francisco Tavares de Melo
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dir. Pedag da Esc.do Legis

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 417/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina o Paragrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 25 a 27/11/2019, ao Deputado Estadual ALEX MENDONÇA ALVES, cadastro nº 200160365, conforme processo nº 00018600/2019-39.

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 418/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina o Paragrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 25 a 27/11/2019, ao Deputado Estadual MARCELO CRUZ DA SILVA, cadastro nº 200165401, conforme processo nº 00018600/2019-39.

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 419/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina o Paragrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 25 a 27/11/2019, ao Deputado Estadual JAIR DE FIGUEIREDO MONTE, cadastro nº 200165398, conforme processo nº 00018600/2019-39.

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 420/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 25 a 27/11/2019, ao servidor relacionado que irá assessorar o Deputado Estadual Jair Montes, na reunião da Bancada Federal, na cidade de Brasília - DF, conforme processo nº 00018600/2019-39.

Matrícula: 200165406
Nome: Izaías Luiz do Nascimento
Cargo: Chefe Gab. Deputado
Lotação: Gab. Dep. Jair Montes

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 421/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 25 a 27/11/2019, ao servidor relacionado que irá assessorar o Deputado Estadual Alex Redano, na reunião da Bancada Federal, na cidade de Brasília - DF, conforme processo nº 00018600/2019-39.

Matrícula: 200162214
Nome: Joao Francisco dos Santos
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dep. Alex Redano

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 422/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 25 a 27/11/2019, ao servidor relacionado que irá acompanhar a CPI da ENERGISA, na reunião da Bancada Federal, na cidade de Brasília - DF, conforme processo nº 00018600/2019-39.

Matrícula: 200166465
Nome: Sergio Ibanez da Silva Pires
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Div. de Audio e Vídeo

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 423/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina o Paragrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 25 a 27/11/2019, ao Deputado Estadual ISMAEL CRISPIN DIAS, cadastro nº 200165397, conforme processo nº 00018600/2019-39.

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 424/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 25 a 27/11/2019, ao servidor relacionado que irá realizar assessoramento fotográfico na reunião da Bancada Federal, na cidade de Brasília - DF, conforme processo nº 00018600/2019-39.

Matrícula: 200166904
Nome: Diego da Silva Queiroz

Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Div. de Mídia Eletrônica

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 425/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias, no período de 26 a 27/11/2019, ao servidor relacionado que irá participar da Sessão Especial de comemoração dos 25 anos da Advocacia do Senado Federal, na cidade de Brasília - DF, conforme processo nº 0018416/2019-50.

Matrícula: 200165847
Nome: Walter Matheus Bernardino Silva
Cargo: Advogado Geral
Lotação: Adv. Geral - AI/RO

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 426/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias, no período de 26 a 30/11/2019, ao Deputado Estadual ADELINO ANGELO FOLLADOR, cadastro nº 200152619, conforme processo nº 0018763/2019-18.

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 427/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias, no período de 26 a 30/11/2019, ao Deputado Estadual ISEQUIEL NEIVA DE CARVALHO, cadastro nº 200165394, conforme processo nº 0018763/2019-18.

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 428/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias, no período de 26 a 30/11/2019, ao Deputado Estadual ELCIRONE MOREIRA DEIRÓ, cadastro nº 200165392, conforme processo nº 0018763/2019-18.

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 429/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias, no período de 26 a 30/11/2019, ao Deputado Estadual JHONY PEDRO DA PAIXÃO, cadastro nº 200165393, conforme processo nº 00018829/2019-50.

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 430/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 21 a 23/11/2019, ao servidor relacionado que irá ministrar a Oficina de Oratória e

Comunicação, no município de Campo Novo de Rondônia - RO, conforme processo nº 0018884/2019-76.

Matrícula: 100007056
Nome: Renne Andre Valente Lobo
Cargo: Assist. Tec. Legislativo
Lotação: Esc. Legislativo

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 431/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias, no período de 26 a 30/11/2019, ao Deputado Estadual LÁZARO APARECIDA DOBRI, cadastro nº 200160366, conforme processo nº 0018763/2019-18.

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 432/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 25 a 27/11/2019, ao Deputado Estadual ANDERSON DA SILVA PEREIRA, cadastro nº 200163215, conforme processo nº 00018916/2019-91.

Porto Velho - RO, 22 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº 433/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias, no período de 26 a 29/11/2019, ao Deputado Estadual JOSÉ GERALDO SANTOS ALVES PINHEIRO, cadastro nº 200163216, conforme processo nº 0018915/2019-91.

Porto Velho - RO, 22 de Novembro de 2019.

ROSANGELA DONADON **ARILDO LOPES DA SILVA**
1ª Vice Presidente Secretário Geral

ATO Nº3972/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do Servidor **ANDRE ROCHA FLOR**, matrícula 200167047, para Assistente Parlamentar, e relatar no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3975/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A lotação da Servidora **ANDREIA MARCIA ALVES DA SILVA**, matrícula 200166300, Assistente Técnico, para o Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº4171/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da Servidora **AMANDA DE SOUZA FELIX REIS**, matrícula 200166072, para Secretária de Gabinete,

código DGS-6, e relotar no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 14 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3930/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

CHARLES ASCACIBA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Especial de Gabinete, código DGS-9, no Gabinete do Deputado Adailton Fúria, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 01 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3974/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A lotação do Servidor **EVILANIO SODRE DA SILVA**, matrícula 200166831, Assessor Técnico, para o Gabinete da Presidência, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3984/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do Servidor **EZEQUIEL OLIVEIRA**, matrícula 200166931, para Assessor Técnico, e relotar na Divisão de Apoio Administrativo, da Diretoria Administrativa – Escola do Legislativo, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3992/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A lotação do Servidor **FABIO JOSE DA SILVA**, matrícula 200167382, Assistente Técnico, para o Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3981/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da Servidora **GISELE APARECIDA DE SOUZA**, matrícula 200166317, para Assistente Técnico, e relotar no Gabinete do Secretário Legislativo, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3928/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A referencia do Cargo em Comissão da Servidora **HARLEY REBOUÇAS DE SOUSA**, matrícula 200165412, Assistente Parlamentar, para o código ASP-22, do Gabinete da 2ª Secretaria - Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 01 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº4170/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

HELEN CRISTHIANE TEODORO, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretaria de Gabinete, código DGS-6, do Gabinete do Diretor Geral da Escola do Legislativo, a partir de 30 de novembro de 2019.

Porto Velho, 14 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3978/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **JESSICA ARAUJO MELO FARIAS**, matrícula 200166319, para Assistente Técnico, e relotar no Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº4196/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **ISIS DA SILVA FERNANDES PIANOVSKI**, matrícula 200166348, para Gerente de Assessoramento e Acompanhamento de Emendas Parlamentares, código DGS-1, a contar de 14 de novembro de 2019.

Porto Velho, 18 de novembro de 2019.,

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº4169/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do Servidor **JOAO CAETANO DALAZEN DE LIMA**, matrícula 200167336, para Secretário de Gabinete,

código DGS-6, e relotar no Gabinete do Diretor Geral da Escola do Legislativo, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 14 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3886/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A lotação do Servidor **ITALLO THIAGO OLIVEIRA DOS SANTOS**, matrícula 200167605, Assistente Técnico, para o Gabinete da Comissão Permanente de Esporte Turismo e Lazer, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 01 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3989/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A lotação do Servidor **JOCONIAS DE LIMA MACHADO**, matrícula 200166940, Assistente Técnico, para Divisão de Transporte, do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº4173/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **LEIDE DAIANA RODRIGUES**, matrícula 200166396, para Assistente Técnico, código AST-26, e relotar na Diretoria Pedagógica – Escola do Legislativo, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 14 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3887/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A lotação da Servidora **JOSIANY ALVES CATARINQUE DA SILVA**, matrícula 200167589, Assistente Técnico, para o Gabinete do Deputado Alex Redano, a contar de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 01 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3927/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **JULIANA KARINA ESSWEIN**, matrícula 200167423, para Assessor Especial de Gabinete, código DGS-3, do Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 01 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3935/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

LEONARDO RAMOS DA SILVA VIEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, do Gabinete do Deputado Anderson Pereira, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 04 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3991/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A lotação da Servidora **LEITICIA KATHYUSCIA SILVA LABAJOS**, matrícula 200166834, Assistente Técnico, para o Gabinete da Presidência, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3932/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

MAILTON PEREIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-13, no Gabinete do Deputado Cirone Deiro, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 01 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3976/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A lotação do Servidor **LOURIVAL DE PAULA VIEIRA**, matrícula 200166224, Assistente Técnico, para o Gabinete da Presidência, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3982/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do Servidor **MANUEL RODRIGUES COSTA**, matrícula 200167691, para Assistente Parlamentar, e

relotar no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº4172/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

LICEU RODRIGUES BANDEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Gabinete, código DGS-6, do Gabinete da Presidência, a partir de 30 de novembro de 2019.

Porto Velho, 14 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3985/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do Servidor **MANOEL LEMOS REGIS**, matrícula 200166316, para Assistente Técnico, e relotar na Divisão de Desenvolvimento, do Departamento de Infraestrutura e Suporte Operacional, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3986/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **MARIA DE FATIMA CLARA**, matrícula 200166120, para Assistente Especial de Gabinete, código DGS-9, e relotar no Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3987/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A lotação do Servidor **MATHEUS HENRIQUE CARREIRO BARROS**, matrícula 200166297, Assessor Técnico, para a Divisão de Arte e Criação, do Departamento de Infraestrutura e Suporte Operacional, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3973/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **MARCIA CRISTINA QUINTAO DE M. LEMOS**, matrícula 200166295, para Assistente Técnico, e relotar no Gabinete do Diretor Geral da Escola do Legislativo, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3971/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **NATALY GOMES MALDONADO**, matrícula 200167307, para Assistente Técnico, código AST-26, e relotar no Departamento de Rádio e TV, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº4197/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do Servidor **RICARDO JOSE DE OLIVEIRA**, matrícula 200165468, para Assessor Executivo, código DGS-1, do Gabinete da Presidência, a contar de 14 de novembro de 2019.

Porto Velho, 18 de novembro de 2019.,

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3990/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **ROSANGELA DE FATIMA ALEVATO**, matrícula 200166293, para Assistente Técnico, e relatar no Gabinete do Controlador Geral, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3926/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **ROSIEL GOMES**, matrícula 200167659, para Assistente Técnico, código AST-14, e relatar no Gabinete da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 01 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3931/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

ROBERTA DA COSTA MATHIAS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-13, do Gabinete do Deputado Cirone Deiró, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 01 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3980/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A lotação do Servidor **RUBSON JOSE ALVES DE FREITAS**, matrícula 200167290, Assistente Técnico, para o Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3979/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **SANDRA REGINA DE CARVALHO**, matrícula 200166846, para Assessor Parlamentar, e relatar no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3983/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **SUELAINÉ DE ANDRADE SILVA**, matrícula 200166479, para Assessor Técnico, e relatar no Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Secretaria de Engenharia e Arquitetura, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3977/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do Servidor **VINICIUS RODRIGUES DOS ANJOS**, matrícula 200167474, para Assistente Técnico, e

relatar na Chefia de Gabinete, da Secretaria Geral, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 07 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3940/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

VIVIANE ALVES DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Anderson Pereira, a contar de 04 de novembro de 2019.

Porto Velho, 04 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº4198/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão do Servidor **WAYNER OLIVEIRA**, matrícula 200165490, Chefe de Gabinete da Secretaria Administrativa, para o código DGS- 2, a contar de 14 de novembro de 2019.

Porto Velho, 18 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3929/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

THIAGO RUIZ FELIPE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-20, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de novembro de 2019.

Porto Velho, 01 de novembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

TAQUIGRAFIA

**ATA DA 31ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
PARA DISCUTIR E ANALISAR AS DIFICULDADES
ENFRENTADAS PELOS CONSELHEIROS
TUTELARES NO ÂMBITO DO ESTADO DE RONDÔNIA**
(Em 14 de novembro de 2019)

Presidência do Sr.
Jhony Paixão - Presidente ad hoc

(Às 9 horas e 40 minutos é aberta a audiência pública)

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, autoridades constituídas e demais instituições presentes, bom dia. Neste momento, daremos início à Audiência Pública de propositura do Deputado Jhony Paixão, com o objetivo de discutir e analisar sobre as dificuldades enfrentadas pelos Conselheiros Tutelares no âmbito do Estado de Rondônia. Para compor a Mesa de autoridades, convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Jhony Paixão, proponente desta Audiência Pública. Convidamos ainda a Professora Mestra Maria Gorete Reis, Pró-Reitora de Extensão Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Convidamos também a Dra. Evanilde do Nascimento Marinho, Presidente da Comissão de Direitos Sociais da OAB – Seccional Rondônia. Sr. Bruno Afonso, Diretor Técnico, representando a Secretaria de Estado de Ação Social – SEAS. Senhor Sérgio Augusto Oliveira, Assessor do Vereador Pastor Edésio. Senhora Carla Maria de Oliveira Góis, Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia. Neste momento, Sua Excelência, o Deputado Estadual Jhony Paixão procederá à abertura desta Audiência.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de discutir e analisar sobre as dificuldades enfrentadas pelos Conselheiros Tutelares no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos que puderem para que, em pé, cantemos o Hino Céus de Rondônia (letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Melo e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Nós gostaríamos de agradecer a presença dos Coordenadores do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente; agradecer também à Senhora Ana Cássia da Cruz Lima Brito, Conselheira do Primeiro Conselho Tutelar de Rondônia; Sra. Marina Neli, Conselheira do Segundo Conselho Tutelar e ainda a presença dos Coordenadores do Conselho Tutelar do Município de Cacoal; Sr. Kléber Kendy, Técnico especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Agradecer ainda a presença das Conselheiras Tutelares do

Município de Ariquemes; a presença também do Sargento Botelho, representando o núcleo de Polícia Comunitária do 9º Batalhão. Senhora Eliete Pereira dos Santos, que é tesoureira da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia. Senhor Rafael Nunes Reis, Secretário Adjunto da SEMAS do Município de Vilhena. Agradecer ainda a presença do Conselho Tutelar do Município de Presidente Médici; a presença do Senhor Robson Martins, Conselheiro Tutelar do Primeiro Conselho Tutelar Distrital de Jaci-Paraná. Conosco também, o Conselho Tutelar do Município de Pimenteiras do Oeste; Conselho Tutelar do Município de Espigão; Conselho Tutelar do Município de Itapõã e agradecer a presença do Conselho Tutelar do Município de Jaru.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Eu cumprimento toda a Mesa, professora mestra Maria Gorete Reis; Dra. Evanilde do Nascimento Marinho; Senhora Carla Maria de Oliveira Góis, do Município de Ji-Paraná; Senhor Bruno Afonso, o qual aqui representa a primeira-dama, Secretária da SEAS; Senhor Sérgio Augusto de Oliveira, em nome de todos os senhores, agora se sintam cumprimentados e é um prazer enorme tê-los conosco nesse encaminhamento. E, quebrando o protocolo, eu gostaria de convidar para fazer parte da Mesa, porque quando se fala em Conselho Tutelar, não tem como desvincular isso da figura de uma parceira nossa, que é a Polícia Militar. Então, temos o Botelho, o Cabo Botelho. Sargento Botelho, não é? Sargento Botelho. Gostaria, Sargento Botelho, que você fizesse parte da Mesa neste momento, porque todos os encaminhamentos que vierem direcionados à Polícia Militar, eu já posso estar colhendo informações e nos auxiliando também. Então, uma salva de palmas para o Sargento Botelho, que já tem, senhores, a profissão de servir e proteger a sociedade. Mas eu acredito aí que também ver que pode fazer mais, fazer algo a mais. Quando eu entrei na política, foi mais ou menos assim. Nós que não nascemos em berço de ouro – só quebrando o protocolo, contando um pedacinho da história -, acredito que muitas das crianças que vocês encontram, talvez tenham a mesma realidade. Quando nos dão a oportunidade de entrar na Polícia Militar, é algo assim inexplicável, sabe? Você acredita que vai mudar o mundo, e você começa a lutar incansavelmente para que isso aconteça. Só para vocês terem noção, quando eu estava no Grupo de Operações Especiais, nós fazíamos um churrasco todo sábado para poder comemorar as bocas de fumo que nós tínhamos fechado. Com o passar do tempo, nós vimos - e eu falo por mim - que poderia contribuir muito mais na prevenção. E aí, eu coloquei na balança, não é? Poxa, uma boca de fumo e uma sala de aula aplicando o Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas). Agora, pasmem os senhores, onde caiu minha ficha. Eu estava numa missão no Pan-Americano em 2007 e eu presenciei um blindado descendo de marcha a ré, de tanto tiro de fuzil. Aí, eu imaginei, Botelho, e falei: “rapaz, se eles aqui com um blindado não estão dando conta, você imagina nós lá em Rondônia”, que à época faltava até colete. Falei então, quando eu aqui cheguei e tive a oportunidade de ir para o Proerd, os policiais militares que estavam conosco do GOE, não acreditavam: “rapaz, este rapaz está com problema. Ele está tomando remédio”. Porque eu tinha acabado de sofrer um acidente de trânsito inclusive, de moto, e eu acredito que me ajudou a ficar mais reflexivo

também. Eu fiquei trinta dias acamado, acho que nada melhor do que o silêncio... E aí, eu consegui colocar os pingos nos is, falei: “rapaz, aquela vontade de mudar a sociedade é na prevenção, na repressão não dá não. Porque, se na repressão desse jeito, o Rio de Janeiro com blindado dava. Se lá não deu, aqui também não vai dar”. Foi onde eu encontrei a possibilidade de poder ajudar mais. Eu acredito que todos os senhores estão aqui na mesma opinião, de poder fazer mais para a sociedade. Porque, diga-se de passagem, senhores, porque o que vocês ganham hoje, senhores, não é salário, é uma ajuda de custo. Essa é a grande verdade. Então, quem está nesta pegada está porque realmente quer fazer algo pela sociedade, quer mudar a sociedade. Acredita que pode ser um expoente dentro da comunidade. Acredita que pode fazer a diferença. E eu fico muito feliz em poder estar aqui hoje com os senhores, porque a Bíblia diz que quando homens de bem se juntam, coisas boas acontecem. Então, neste momento temos homens e muitas mulheres, não é? A gente percebe aí que elas... Mais mulheres. Elas estão preparadas para dominar o mundo. Se a primeira-dama aqui estivesse, meu Deus, iria reforçar isso. Porque a gente costuma dizer na PM que a mulher do Cabo, quando ele vai para Sargento, é promovida automaticamente. A mulher de um Cabo é Sargento, e a mulher de um Sargento é Subtenente. Eu fiquei a pensar: qual será a patente dela? Porque o marido é Coronel, o último grau. Então, é uma pessoa que a gente – ‘generalá’, não é? A gente costuma, pessoal, sempre orar pela vida dela, a gente tem uma grande aproximação, porque todas as senhoras são mães. E aí muitas, quase todas são mães, e são casadas, algumas delas. E fazem uma diferença enorme dentro de casa, quando a mulher está ali para somar. Aí então, a gente ora sempre pela vida dela.

Os encaminhamentos, senhores, os quais iniciamos, eu fiz uma breve introdução. Esta Audiência Pública visa difundir com a Casa de Leis sobre as dificuldades enfrentadas pela classe dos Conselheiros Tutelares, bem como, aproveito o ensejo para parabenizá-los antecipadamente pelo Dia Nacional do Conselheiro Tutelar, que é comemorado no dia 18 de novembro, segunda-feira próxima. Apesar das dificuldades enfrentadas, fazem um trabalho excepcional com nossas crianças e adolescentes. O Conselho Tutelar é um órgão municipal, que tem como missão representar a sociedade na proteção e na garantia dos direitos contra qualquer ação ou omissão do Estado ou dos responsáveis legais - quando tem - que resulte na violação, ameaça de violação dos direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

E eu vou abrir agora a fala para as autoridades que estão aqui presentes, para que eles possam fazer uma breve introdução, dizer quem são, acredito que vocês já sabem, mas uma breve introdução para que nós possamos partir para os encaminhamentos, as ideias, as opiniões, para que nós possamos realmente fazer uma contextualização e, num prazo bem próximo, trazer a resposta que vá atender os nossos corações. Então, neste momento, eu chamo o senhor Sérgio Augusto Oliveira, Assessor do Vereador Pastor Edésio.

O SR. SÉRGIO AUGUSTO OLIVEIRA - Bom dia a todos. Em nome da Ana Cássia Lima, essa guerreira, grande Ana, do

Primeiro Conselho Tutelar daqui de Porto Velho eu cumprimento a todos aqui presentes. Obrigado, Deputado, pela oportunidade de abrir esta Casa e falar de um assunto tão sério. Esta Mesa aqui, se falar "sentido!", vai levantar eu, o meu Cabo aqui, o próprio Deputado, que somos policiais militares, e sentimos na vida pessoal, na pele a dor. Eu sou morador de Ji-Paraná, de 1988. Vou contar uma prévia para você entenderem porque estou aqui também. Em 1988 cheguei nesta cidade, em 1989 servi à Polícia do Exército, aqui em Porto Velho. Em 2000, voltei para o Rio de Janeiro, em 2001 fiz a prova da Polícia Militar, me reformei em 2008. E assim que cantou o boletim que eu estava reformado, a primeira coisa que eu fiz foi voltar para Rondônia, viu, Deputado? E eu pensei que eu ia ficar livre dessas compaixões tristes que presenciei, que participei da favela no Rio de Janeiro, no Morro dos Macacos, Borel, dentre outros. São 300 e poucas favelas. Eu estudei no Proerd, para o Senasp em Brasília. Sou emergencista pré-hospitalar formado. Sou formado em Licitações e Contratos, e Educação para o trânsito. Faço um trabalho voluntário, juntamente com esta Casa e a Câmara de Vereadores, sobre o trânsito vergonhoso de Porto Velho. Mas nós somos homens de fé e mulheres de fé e acreditamos que isso vai mudar. Porque o que mais mata não é o fuzil, não é a cocaína, é o trânsito. E vocês, mulheres e homens do Conselho Tutelar, o que vocês fazem... Eu falo, o nosso Deputado tocou na questão financeira. Se for colocar o que eles fazem final de semana, o telefone pessoal, o próprio combustível, muitas vezes a esposa que fala para o marido: "amor, você tem que entender que eu não posso desligar o telefone, que eu tenho que ir ao hospital, que eu tenho que saber o que está acontecendo". E, através da nossa querida Ana Cássia e outras irmãs dentro lá da Câmara, brigando pelos direitos do trabalho de vocês, eu presenciei nesses últimos três anos coisas, assim, absurdas. E falou: "Sérgio, eu não vou ver uma mãe com uma criança com uma hérnia umbilical para estourar na frente do hospital - não vou citar nomes aqui -, e a menina não tem o que comer e vai voltar para casa, vai ser assistida, vai ser atendida, mas ela não tem o que comer, ela não tem como voltar para casa.

Então, a importância de nós estarmos aqui hoje. Vamos valorizar, falem, venham, digam realmente o que está precisando. Não tem a questão política, não tem questão de receio de perseguição não. Aqui é o momento, é o Estado representado por vocês. E, na verdade, não só as crianças, é a família de Rondônia. Ok?

Então, eu vou abrir um parêntese aqui para vocês, da seguinte maneira: qual é o ponto principal? É o meio que vocês precisam executar o serviço. Se isso não foi exposto - o Deputado sabe, o nosso Cabo sabe, eu sei, nós somos a linha de frente, as pessoas aqui representadas do Poder Executivo e Judiciário sabem -, mas nós queremos ouvir de vocês. Porque eu tenho certeza que quem sente na pele do dia a dia é vocês. Então, não desabafe só com o colega, não. Traga a verdade. Se você não quiser se identificar, coloque num papel. O Deputado, representando aqui, e muito bem representado por esta Casa, Deputado Jhony Paixão, vai pegar tudo isso e nós vamos sentar e rever todos, fato a fato. Então, não precisa escrever ou se identificar de que cidade é, de que município é. Só diga o que vocês precisam, para que possamos nos debater. Façam perguntas. Há pessoas capacitadas, além de vocês

também, que é uma troca. Muitas coisas que vocês sabem eu não vou nem me atrever em tentar falar, mas muitas coisas da minha profissão, representando a Câmara de Vereadores, através do Vereador Edésio aqui, e os colegas aqui, estamos aqui para colaborar com vocês. É nossa obrigação. Amém?

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Amém. Obrigado, viu, Sérgio? Leve o nosso abraço fraterno ao Pastor Edésio, o qual vem desenvolvendo um excelente trabalho diante da comunidade porto-velhense.

E agora, eu gostaria de passar a palavra ao Sargento Botelho, aquele que, assim como eu, fez um juramento de servir e proteger a sociedade. É isso mesmo, mesmo em sacrifício da própria vida. E, às vezes, o pessoal fala: "mas será que faz?". Gente, o policial militar na viatura, quando viu, já fez. É dessa forma. A gente se envolve mesmo. É uma profissão assim que, quando passa uma viatura com giroflex ligado, eu estendo a mão e falo assim: "proteja, Senhor, proteja". Porque aqueles ali abraçaram, podem, de repente, ter abraçado as suas esposas e seus filhos pela última vez".

Então, Sargento Botelho, é contigo.

O SR. SARGENTO BOTELHO - Bom dia a todos. Em nome do nobre Deputado, eu cumprimento a todos da Mesa e aos que compareceram aqui. Pessoas dedicadas. Muitos aqui não vieram pela diária, vieram pela força de vontade mesmo.

Então, Deputado, eu sou o Sargento Botelho. Muitos me chamam de "Cabo" pelo tempo que a gente passa Cabo, né? Até se adaptarem e chamarem de "Sargento"... Mas, tudo bem. Eu não levo isso pelo lado ruim.

Sou do 9º Batalhão. O nosso Batalhão, o 9º Batalhão, foi criado há cerca de quase um ano e meio. Desde o início, vinha conversando com o Comandante, Major Amorim, para a necessidade de se criar um Núcleo de Polícia Comunitária do 9º Batalhão. Foi criado há cerca de quatro meses, Deputado. E, dentro deste Núcleo, nós temos lá: Patrulha Comunitária, da qual eu também faço parte; tem a Patrulha Maria da Penha, que faz as medidas protetivas, que dá esse apoio àquelas mulheres que sofrem violência doméstica; e temos atualmente a Patrulha Escolar. Desde o início do Batalhão, já tinha o policiamento escolar. Mas, com o Núcleo, a gente focou mais um pouco o nosso trabalho. E, dentro desse trabalho da Patrulha Escolar, nós sentimos muito a necessidade da parceria do Conselho. E, infelizmente, pelo menos na minha área, zona sul de Porto Velho, não tenho tido esse retorno, esse *feedback* do Conselho da área.

Então, Deputado, já procurei a SEMASF para relatar esse fato, entre outras situações. Procurei o CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) para relatar essa situação, a Comissão de Ética, que faz parte lá do CMDCA, para relatar muitas reclamações que eu ouço dos diretores de escola. A zona sul de Porto Velho atualmente tem 41 escolas públicas e 13 particulares. Em todas, a Patrulha Escolar do 9º Batalhão faz esse policiamento. Nós trabalhamos com o policiamento em si, que é aquela ronda, é a visita à escola. Mas, diferentemente de outros lugares, nós participamos do Conselho de Classe, reunião de pais, reunião de professores. De segunda a sábado, pode contar que a Patrulha Escolar está lá, das 8 às 18, todo dia.

Então assim, temos trabalhado, e a minha reclamação se dá muito, hoje, neste dia aqui, com uma situação: a Patrulha Escolar tem focado em falar em sala de aula com os alunos, independentemente da idade - a gente pega educação infantil, Deputado, crianças de 3 anos, de 3 a 18 anos, que é o público escolar. E nós temos focado na questão da proteção contra o abuso infantil. E uma coisa me causou estranheza. Foi o seguinte: em uma dessas palestras que nós damos em sala de aula - isso duas semanas atrás -, após a palestra, uma dessas crianças, na semana seguinte, procurou a mãe, informando-a, falando assim: "mamãe, nós precisamos ter uma conversa de adulto". Essa criança relatou para a mãe que havia sofrido um abuso sexual por parte do marido da tia. E relatou ainda que isso foi há 3 meses, esse abuso - ela contou. E um outro abuso que sofreu por parte do avô. Então, a mãe, em um primeiro momento, o que ela fez? Buscou o Conselho Tutelar, né? Primeiro caminho: Conselho Tutelar. O Conselho encaminhou à DPCA. A DPCA atendeu, fez o registro, encaminhou ao IML. E o Conselho Tutelar orientou que a mãe retornasse lá ao Conselho para pegar o encaminhamento para o CRAS. Alguma coisa errada até aí, Deputado? Errado. Por quê? Quando uma criança sofre, e eu gostaria de frisar, eu gostaria que todos - a maioria aqui deve saber -, mas eu gostaria que o Deputado também soubesse que, quando uma criança sofre abuso sexual ou a família tem a hipótese, a suspeita de que essa criança sofreu abuso sexual, a criança de 0 a 12 anos, ela tem que ser encaminhada à rede de atendimento a crianças que sofreram abuso. Aqui em Porto Velho é o Hospital Infantil Cosme e Damião, correto? Então, no momento em que a mãe buscou o Conselho, o correto era o Conselho ter encaminhado essa mãe lá para o Hospital Infantil Cosme e Damião, e assim não o fez. Essa família passou a semana, de segunda a sexta-feira, que foi quando eu voltei a ter contato com essa família através do telefone. Passou de segunda a sexta-feira um sofrimento terrível, porque na quinta-feira a criança de cinco anos que relatou esse abusos, já estava arrependida de ter contado para a mãe, porque nenhuma atitude foi tomada. Então, orientei a mãe novamente, falei que ela deveria procurar o Cosme e Damião, e assim ela o fez. Então, lá no Cosme, tem um atendimento prioritário para crianças que sofrem abuso, pela rede. Passou pelo médico, fez exames, passou pelo psicólogo, pela assistente social que está dando esse apoio. Mas aí, Deputado, a gente esbarra em outra situação muito importante, que é o atendimento psicológico lá no CRAS. O hospital encaminhou, fez esse encaminhamento para o CRAS, e o CRAS não tem psicólogo para atender a criança prioritariamente, porque já tem muitas crianças lá. Então, a gente precisa pensar também, Deputado, nessa questão do atendimento psicológico aqui em Porto Velho. Eu vi que, em Ji-Paraná, abriu um novo CRAS, e outras cidades estão se dando esse trabalho de fazer isso aí. Mas com relação ao Conselho, a minha reclamação - uma delas é essa -: precisa saber o correto encaminhamento dessas famílias que sofrem com abuso sexual.

Tenho ouvido relatos, e, como eu disse, 41 escolas públicas, 13 particulares. Dessas 41 escolas públicas, não ouvi uma ou um diretor, no caso, que dissesse assim: "Sargento, o Conselho nos atendeu a contento." Sempre o Conselho tem passado a sua responsabilidade para outro. Para buscar a mãe, para levar o aluno ao Conselho, quando a escola liga para o Conselho, o Conselho relata que a escola tem que fazer isso.

Quando acontece um crime envolvendo um menor infrator, um ato infracional, a escola liga para o Conselho e o Conselho diz o seguinte: "Já foi registrado a ocorrência?" Então, está burocratizando o atendimento. Nós não podemos permitir que isso aconteça.

Tive contato com uma dessas Conselheiras e perguntei a ela se o Conselho era um órgão autônomo. Ela me disse que sim. Em minha opinião, não. Não totalmente. O Conselho Tutelar ele é, uma forma simples de falar, patrocinado por alguém. Esse alguém é uma secretaria que dá condições para o Conselho trabalhar. Tem alguém que fiscaliza o Conselho, que é o CMDCA, então ele não é totalmente autônomo. Perguntei a essa conselheira quem era o Secretário da SEMASF. Ela disse que não recordava o nome. Então, são várias situações em que a gente precisa orientar melhor os Conselheiros. Sei da responsabilidade, da dedicação, com relação à valorização. A questão salário sei que é difícil, mas todos foram voluntários e, a partir do momento em que foram eleitos, são funcionários públicos. E nós precisamos dessa parceria com vocês, a Polícia Militar, a comunidade, as escolas. Então, peço que essa informação chegue, porque eu tenho certeza que alguém do Conselho sabe qual é realmente o papel do conselheiro. Com relação aos encaminhamentos das crianças que sofrem abuso, lá no Cosme e Damião, a cada 30 dias, tem uma reunião que envolve todas as pessoas daquela rede e tem alguém lá do Conselho.

Para relembrar, Deputado, há um mês, um mês e meio, a maioria de vocês esteve no Programa Criança Protegida. Eu estive lá. E em um determinado momento a Secretária, a Primeira-Dama e outras pessoas perguntaram de onde eram os Conselheiros. Sinceramente, eu posso estar enganado, mas eu não vi um conselheiro de Porto Velho lá, nem no primeiro nem no segundo dia. Então, para mim, falta um pouco mais de comprometimento. Não venham me dizer que é por falta de condições de Porto Velho. As pessoas lá de Urupá, de Chupinguaia, de Cacoal vieram, e de Porto Velho não vi conselheiro lá. Acreditava que hoje este salão aqui estaria lotado, nós estamos aqui no período eleitoral em Porto Velho. Dia 24 de novembro agora será a eleição. Eu acreditava que estaríamos pelo menos com as pessoas que estão se propondo a se candidatar para participar, porque é importante sabermos as necessidades e as dificuldades que o Conselho vem enfrentando.

Então, Deputado, a minha fala era sobre isso. Desculpe-me se pareço um pouco exaltado, mas, como já tenho quase 18 anos de Polícia trabalhando na Rádio Patrulha, trabalhando realmente, como o Deputado, ficava muito feliz quando fechava uma boca de fumo. E até o momento eu também tive essa lucidez de entender que o nosso foco é enxugar gelo - porque o que a gente faz é enxugar gelo. Você prende um traficante hoje, daqui a seis meses ou cinco anos, ele sai e volta a vender drogas. Você prende um adolescente, amanhã ele está de novo na rua. Então, a gente precisa combater lá na fonte. Então, através do Núcleo de Polícia Comunitária, na Patrulha Escolar, nós temos dado esse foco da prevenção, seja com palestra, seja com uma conversa, orientando melhor o jovem, orientando a comunidade, dando uma força. No 9º Batalhão, nós trabalhamos também com a questão social, tentamos fazer o social. Atender, mostrar que a Polícia não é inimiga da

sociedade, e sim amiga. Nós estamos para ajudar, da mesma forma que nós somos amigos dos Conselheiros, mas nós precisamos dessa aproximação positiva.

Obrigado, Deputado. Obrigado a todos.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Antes de passar para a terceira pessoa, tem alguém aqui de Porto Velho que está presente, que é candidato ou à reeleição ou à eleição de Conselheiro? Vocês já estão no cargo? Ou vão entrar? É, realmente. Parabéns a vocês, essa indagação dele. E os outros que querem pleitear o cargo, eu só vou dar uma pequena desculpa por conta talvez da divulgação, não sei. Mas a verdade seja dita. Uma oportunidade como essa, eles estão aqui. Poderiam estar lá em cima, colhendo informações, saber as dificuldades. Realmente, é uma experiência ímpar que poderiam estar presenciando. Então, eu parablenizo, desde já, os senhores que estão presentes aqui, de Porto Velho, pois poderiam estar buscando votos, não é? Mas estão aqui para poder realmente encher, de repente, o copo com demandas e soluções, porque poderiam estar na rua ganhando votos. A verdade seja dita: estamos em período de eleição aqui em Porto Velho. Acho que todos os senhores sabem: aconteceu uma anomalia aí. Então, alguns dos senhores estão reeleitos e eles aqui estão disputando votos. Então, parablenizo a vocês que estão aqui hoje, para estar dando sua parcela de contribuição, ok?

A terceira pessoa, Carla Maria de Oliveira Góis, Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia, pessoa por quem a gente tem grande apreço, jiparanaense. Tens a palavra, para poder fazer a abertura, e expor aí umas pequenas dificuldades as quais o Conselho enfrenta, e, de repente - por que não? -, possíveis soluções também, não é? A gente costuma dizer que muitas vezes a pessoa tem o veneno, mas... Chega com a doença, mas chega com o remédio junto. Então, está com a palavra.

A SRA. CARLA MARIA DE OLIVEIRA GÓIS – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa no nome do nosso Excelentíssimo Deputado Jhony Paixão, que é uma pessoa que nós admiramos e acreditamos no seu trabalho. E nos deu a oportunidade, abriu esta oportunidade, provocada pela Associação de Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia, ACTRON, para que aqui nós pudéssemos expor as nossas demandas, as nossas dificuldades. Esse é o objetivo desta Audiência Pública.

Então, antes de eu dizer alguma coisa sobre as estruturas, sobre a dificuldade que nós enfrentamos no Conselho Tutelar do Estado de Rondônia, eu, com todo o respeito, gostaria de corrigir o nosso amigo Sargento Botelho, o qual eu tive o prazer de conhecer hoje, porque eu estou aqui para defender a minha classe. Algumas coisas que foram colocadas aqui não são atribuição do Conselho Tutelar. Então, nós não podemos fazer aquilo que não está na legalidade. O Conselho Tutelar é um órgão autônomo, sim; não jurisdicional, porém um órgão autônomo. Somos regidos pela Secretaria de Assistência Social apenas administrativamente, porém as nossas decisões são em colegiado. O Estatuto, a Lei que nos rege é o ECA, no qual nós não podemos deixar de responsabilizar os pais. Por exemplo, quando foram citadas as escolas, nós não podemos deixar de responsabilizar os pais,

porque, se nós, Conselheiros Tutelares, tomarmos a responsabilidade dos pais, da família, dos responsáveis por aquela criança e adolescente, isso fica muito cômodo para a família, e nós estaríamos fazendo aquilo que não está na legalidade.

Então, quando um adolescente comete uma infração, as escolas devem chamar a polícia sim, porque o adolescente cumpre medidas socioeducativas diante da infração cometida. O Conselho Tutelar, a população se engana muito com as nossas atribuições. Nós somos zeladores de direitos. Nós somos aquele povo briguento mesmo, que bate o pé, que zela pelos direitos de crianças e adolescentes, que aplica medidas de proteção. Não somos um órgão repressor, não temos o poder de polícia e nem temos a capacitação para isso.

Admiro muito os meus colegas que estão aqui hoje na minha frente. Fico emocionada, porque aqui tem representação de todo o Estado de Rondônia, que vieram aqui sem diária, muitos deles sem passagem, sem carro. Eu, por exemplo, vim de carona com as meninas de Nova União. Fui até Ouro Preto, me desloquei de Ji-Paraná a Ouro Preto, para pegar carona com as meninas de Nova União, minhas amigas. Viemos igual sardinha, não é? Numa latinha de sardinha. Mas estamos aqui. Estamos aqui. Eu vi os meus colegas do Conselho Tutelar de Porto Velho na capacitação do Programa Criança Protegida, na qual eu estive presente. Eu vi os meus colegas lá, então Porto Velho foi muito bem representado. Então, nós estamos aqui e não podemos deixar de responsabilizar o adolescente pelo seu ato infracional, a família pela responsabilidade. Eu dou um exemplo de Ji-Paraná, onde somos cinco Conselheiros no 2º Distrito, eu sou a Coordenadora também do 2º Distrito, e respondemos pelo 2º Distrito e pelo Distrito de Nova Colina. As minhas amigas do 1º Distrito respondem pelo 1º Distrito e pelos moradores do Distrito de Nova Londrina. Como é que cinco Conselheiros vão poder tirar a responsabilidade das mãos dos pais e trazer para si? Então, se tiver algum Conselheiro fazendo aquilo que não é a sua atribuição, sim: eles são orientados e advertidos para não fazer, porque nós temos que fazer aquilo que é a nossa atribuição. As nossas demandas são muitas, e uma delas é essa, é a falta de informação para que as pessoas possam entender qual é a real atribuição do Conselho Tutelar.

Outra coisa que é um objetivo por que nós estamos aqui reunidos, e eu sei que é o anseio da maioria dos colegas que estão aqui, é a questão da remuneração dos salários do Conselho Tutelar e a falta de estrutura dos Conselhos Tutelares. Eu não me lembro da cidade, mas, foi colocado há poucos dias no grupo, se tiver alguém aqui presente ou souber qual é a cidade, eu gostaria que levantasse a mão e dissesse a cidade cujo Conselho Tutelar estava chovendo dentro. Espigão do Oeste. As minhas amigas estão aqui? As minhas amigas ali de Espigão do Oeste podem dizer que a água desce de enxurrada, e dentro. Então, uma sede do Conselho Tutelar totalmente sem estrutura física. Têm mais algum colega que já atendeu plantão, denúncias do Conselho Tutelar no seu celular particular? Porque, muitas vezes, não temos o plantão, um simples aparelho, não precisa ser um aparelho com WhatsApp nada disso não, é um aparelhinho simples para atender e fazer ligações e que tenha crédito para isso. Às vezes, quando a gente faz com o nosso telefone particular, os nossos atendidos, que muitas vezes não soamos muito bem para eles, porque

devem estar comentando alguma coisa que não seja legal, pegam o nosso telefone particular e salvam ali o nosso telefone particular. Então, é uma grande dificuldade dos Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia. E para isso, nós provocamos esta Audiência. Chamamos aqui o Poder Público. E quem poder nos orientar, nos fortalecer, atender as nossas demandas, a estrutura física dos Conselhos Tutelares em si, além do salário.

Outra demanda também, que tem me chamado muito a atenção, é a saúde emocional dos Conselheiros Tutelares, a saúde psíquica de cada um de nós. Há pouco tempo, nós tivemos a perda de um colega. Ele saiu de sua residência no dia de plantão, colocou o seu uniforme de Conselheiro Tutelar, foi até a sede do Conselho Tutelar, e ali ele tirou a própria vida, ele se enforcou. Então, nós podemos perceber o quê com isso? Que o nosso colega não estava bem emocionalmente. Nós sabemos as demandas que nós atendemos que fere e abala o emocional de nossos Conselheiros. Muitas vezes, uma mãe, cuja filha é abusada sexualmente pelo padrasto, e a mãe, por exemplo, escolhe ficar o padrasto e diz: "leva essa menina daqui, porque a considero uma rival". Para nós, Conselheiros Tutelares - eu, por exemplo, que sou mãe, sou avó -, ao olharmos e vermos uma situação, isso acaba abalando o nosso emocional, porque a gente ama os nossos filhos e os defende. Então, diante de uma situação dessas, por exemplo, ou ameaça de morte, quando nós temos que buscar uma criança, por ordem judicial, numa boca de fumo, retirar aquela criança de risco e levar para a instituição de acolhimento, e enfrentar ali uma ameaça de morte por aqueles - vamos dizer assim, um palavreado mais vulgar: o "boqueiro", o dono ali da casa -, não é fácil. Então, a saúde emocional dos Conselheiros Tutelares é uma demanda. Nós precisamos, sim, de estrutura também na nossa saúde emocional. Nós precisamos de apoio, nós precisamos de ajuda.

Então, Deputado, eu falei apenas algumas, mas, estão aqui os meus colegas, que foram convidados para estarem aqui e dizerem as suas demandas. Então, eu agradeço a todos vocês que vieram aqui, de coração. Como Presidente da ACTRON e como amiga conselheira que sou e trabalho dia a dia e sei da luta de vocês, de todos nós, eu agradeço muito por vocês se deslocarem das suas cidades e estarem aqui. Eu fico muito emocionada com isso, e agradeço mesmo, de coração. Sei que, às vezes, a gente tem algumas dificuldades entre nós mesmos, mas o que mais nos une é a causa, e nessa nós estamos juntos. Meu muito obrigado a todos.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Como eu disse, Carla, eu gosto, pessoal - quem é de Ji-Paraná sabe, eu estou sempre na rua. Por isso, Botelho, que a gente fala, às vezes, a gente acha que... Por isso que eu perguntei quem de Porto Velho estava aqui. Ji-Paraná - nós temos a Carla que me conhece -, eu saio daqui quarta-feira e termina a Sessão e desço para o interior, para visitar alguns municípios. E já tem pelo menos uns 45 dias que eu estou atendendo só Ji-Paraná e redondezas: Ji-Paraná, Ouro Preto e Médici. E aí, eu encontro as pessoas e falam assim: "rapaz, o senhor sumiu"! Então, o que acontece? Hoje, devido as nossas atribuições e tudo mais, se você não identificar, você acha que a pessoa não está. Eu falo porque quando você falou que de Porto Velho não tinha ninguém. Aí, eu perguntei: "tem?". Se eu não perguntasse, nós não saberíamos, não é? Então acontece.

E aí, senhores, o que acontece? Olha só. O que acontece? Encarar uma missão dessas, nós sabemos, financeiramente não tem, assim... Dizer que a pessoa está numa luta dessas por conta do que ganha, não é? Até quando debateram as discussões financeiras, aí tem Conselheiro que ganha R\$ 1.100,00, R\$ 1.045,00...

A SRA. CARLA MARIA DE OLIVEIRA GÓIS – Um salário mínimo, Deputado.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Um salário mínimo, não é? Poxa vida, um salário mínimo, gente, eu vou dizer a verdade: para poder encarar uma bucha, muitas vezes... Porque eu já tive, eu já tive, eu trabalhava com o Proerd, Patrulha Escolar: "chama a mãe, chama a mãe". A mãe chegou à escola com a mochila do menino e falou: "pode levar embora". Então você imagina: encarar uma situação dessas, com um salário desses. E se apertar a mãe, ela quer partir para cima. Nós, militares, quando estamos em função, a gente ainda pode dar voz de prisão, se for o caso, a pessoa vir com uma faca, um aluno desses pode estar armado.

Mas, gente, eu oro mesmo pela vida das pessoas que mexem com ações como essa, como a de vocês, projetos sociais, igual no Município, de karatê, capoeira, jiu-jitsu, guarda mirim, bombeiro mirim, para poder tirar nossas crianças das drogas e colocá-las em bom caminho. Porque é só articulação e sabedoria mesmo, sabe? Que vem do alto, porque na hora de ter aquele traquejo ali, se não tiver uma sabedoria para poder remediar a situação e fazer daquele limão uma limonada, estamos enrolados.

Então, parabéns, Carla. A Carla... Por quantos anos, Carla? É a segunda reeleição, ou tem mais uma?

A SRA. CARLA MARIA DE OLIVEIRA GÓIS – Em janeiro, completa 4 anos o primeiro mandato, e eu fui reeleita para o segundo mandato, a segunda mais bem votada.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – É uma pessoa que... Uma frase de que eu gosto muito diz que: "a palavra convence, o exemplo arrasta". Em João 15, na Bíblia, diz que uma árvore boa - não é que ela "pode" dar frutos -, uma árvore boa "dá" frutos. Ela dá, é obrigatório. E toda a votação expressiva que você teve em Ji-Paraná, Carla, é fruto do seu trabalho e seu comprometimento mesmo, assim como as suas demais colegas e parceiros que tem aqui. Eu realmente acredito que você tenha desempenhado um excelente trabalho. Nós vivemos num município de 150 mil habitantes e quando acontece algo... Imaginem: 150 mil habitantes! Com quantas crianças já houve intervenções do Conselho? Aí acontece uma situação isolada - você está entendendo? -, uma situação isolada, há pessoas que vão para cima. E ainda se juntam naquele quesito: nós estamos próximos de uma campanha municipal para vereador, então, quanto pior melhor para alguns, não é? Aquele pré-candidato, às vezes, que não tem proposta, que não tem nada, acha que pode angariar voto diminuindo alguns profissionais, ele pode angariar voto diminuindo alguns profissionais, ele pode angariar voto dessa natureza. Como se fosse fácil. E se fosse da natureza dele, ele considerasse e fosse fácil, deveria

ter colocado o seu nome à disposição para Conselheiro, não é? Que aí resolveria o problema.

E, antes de passar para a quarta pessoa, agradecer a presença aqui das assessoras do Senador Confúcio Moura. Estão aqui? Levantem à mão. Olha ali, que benção! A Alessandra também. Parabéns! É um Senador, gente, por quem tenho um carinho especial. Tenho um carinho especial pelo Senador Confúcio Moura, mesmo! É uma pessoa que tem um conhecimento muito amplo e, nessas perambulações nossas aos municípios, eu fico encantado quando ele fala assim: "o meu mandato eu vou investir só em gente agora, só em gente". Projetos iguais esses assim: seja a SEAS, Educação, Colégio Militar e outros mais. "Só em gente, Jhony". Então, realmente é uma pessoa que se preocupa com pessoas. Eu digo, senhores, porque tem uma reflexão que nós temos que fazer, principalmente nós que estamos como representantes dos senhores, e, muitas vezes, temos nossas emendas: é que todas as vezes pedem grandes construções: "vamos construir aquilo, vamos construir isso". Mas, gente, vamos pensar aqui: se o Criador, Jesus Cristo, quando esteve aqui na Terra - que o grande feito dEle foi capacitar 12, o investimento dele foi em pessoas -, se o grande feito dEle fosse a construção de um grande templo, hoje o nome dele já tinha ó: o castelo já tinha caído, as ruínas. Ele nem existiria mais. Mas pelo contrário. Ele capacitou 12. Esses 12 se tornaram milhões, que somos nós aqui hoje. Então quando fala assim "em grandes construções de castelos", que são grandes obras. Mas para que eu vou construir um grande castelo, se a gente não conseguiu capacitar, não conseguiu cuidar nem das pessoas que vão entrar nesse castelo, que são os senhores, que são as pessoas? Então, a nossa preocupação inicial tem que ser em pessoas. E eu acredito que esse encaminhamento que nós temos aqui, a gente vai conseguir, sim, trazer boas novas. Leve nosso abraço ao Senador, pessoa por quem nós temos grande apreço mesmo, uma pessoa honrada. Que Deus lhe conceda muita saúde, sabedoria, e que possamos realmente contribuir o máximo para o Estado de Rondônia.

Passo aqui a palavra para a Dra. Evanilde do Nascimento Marinho, Presidente da Comissão dos Direitos Sociais da OAB, Seccional Rondônia.

A SRA. DRA. EVANILDE DO NASCIMENTO MARINHO – Bom dia a todas e a todos. Nós estamos na maioria aqui esta manhã. Agradecer primeiramente a Deus por essa oportunidade de estar aqui falando com vocês. Cumprimentando a Mesa, na pessoa do Deputado Jhony Paixão, e assim já parabenizar todos os Conselheiros e Conselheiras que estão neste mister nobre, e com certeza não tão fácil. E dizer que a OAB está ali de portas abertas. Eu estou aqui representando a OAB na pessoa do nosso Presidente. Nós temos também este ano, nós temos a Ouvidoria. E a Ouvidoria está ali, Deputado, para atender a estas demandas, para ouvir a população, os anseios, os pedidos de vocês. Temos comissões para todas as áreas, a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Sociais, que estou aqui representando também esta manhã. Temos a Comissão da Mulher Advogada, temos também a Coordenadoria de Combate à Violência contra a Mulher, na qual eu estou como coordenadora este ano. Então, a OAB tem buscado esta parceria com a sociedade, tem buscado unir forças para que a

gente venha trazer a diferença, trazer essa mudança que tanto nós queremos para o nosso país.

E aí, quando a gente fala em mudança e fala também da necessidade desta união, desta rede, quando você começa a trabalhar, ver essa questão de direitos sociais, a ver essa questão dos Conselhos. Estou como representante também da OAB junto ao Conselho Estadual de Ação Social, o CEAS. E aí, quando você começa a se entrosar mesmo, quando você começa a se envolver, a conhecer todas essas demandas, a gente percebe que é muito fácil quando você está do outro lado, quando você não conhece a realidade. E aí é bom, e é fácil a gente criticar a falta, às vezes, de desenvolvimento de determinados trabalhos. Mas aí, quando você começa a conhecer essa realidade, você vê que você tem o anseio de realizar. Você está em alguns locais em que você quer fazer, mas muitas coisas não dependem só de mim, que estou ali naquele momento, não dependem só que eu faça esse trabalho. Eu preciso de toda uma ajuda. Esta manhã, eu gostaria realmente de ver representantes aqui do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, do Estado, que estivessem aqui o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, todos trabalhando juntos, pensando num bem maior. E quando a gente envolve criança - eu sou mãe de três homens agora, graças a Deus, homens de valor - você vê que há essa necessidade. As crianças, os adolescentes, o Brasil tem sido um dos países que mais abusa, que mais machuca, que mais maltrata as nossas crianças. E elas não são o futuro, elas são o presente.

Então, se eu, como advogada, que eu estou aqui; se eu como deputada ou como senador, presidente, se eu não observar como sociedade civil, se eu não observar essa carência, e se eu não me envolver e não quiser trazer essa mudança, fazer parte dessa mudança, jamais vou ter esse Brasil, esse país que tanto eu quero. E quando a gente fala que as mudanças começam com educação, isso é real. Mas para que haja essa educação, há necessidade desta interação, desta rede aqui unida, para que a gente venha trazer esse resultado.

E, trazendo também como OAB, no dia 28, nós vamos desenvolver um trabalho das 18:30 às 21:30 horas. Nós vamos falar, discutir sobre a Emenda Constitucional 95, que é o novo regime fiscal. E a gente vai justamente falar do princípio que fala da proibição do retrocesso social.

Então, quando a gente começa a ver essas políticas que estão, algumas implementadas e outras para ser implementadas, que venham talvez, de alguma forma, diminuir esse trabalho que já vem sendo feito na Assistência Social, nós, como sociedade civil, como mães, como pais, como entidades, há necessidade de a gente tomar conhecimento e ver o que é que nós podemos fazer, e fazer. Então, quero reiterar para vocês que a OAB está ali de portas abertas. Temos comissões, temos mulheres, temos homens, que estão ali preocupados. E para quem vê aí toda essa política que está acontecendo, a OAB está sempre ali presente. Agradeço essa oportunidade e dizer que podem contar conosco. Muito obrigada.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Obrigado pela contribuição. E externando aqui, pessoal, também: ela abriu mão da fala, ela quer falar ao final, quer ouvir todas as demandas. Nós temos aqui o Bruno, que neste momento

representa a Primeira-Dama, o Poder Executivo, que vai trazer as informações, vai nos dizer o que tem, com o que pode nos ajudar e, de acordo com os encaminhamentos, nós vamos buscar soluções, onde nós poderemos realmente efetivar uma melhoria que vá atender os anseios dos senhores.

A fala agora: maestra Maria. Professora Mestre. "Maestra", porque ela falou que ia fazer uma apresentação: "eu vou fazer uma apresentação". Eu falei: "será que é de música?" Aí vai ter uma apresentação depois. Então, estou com isso na cabeça, desculpa.

Professora Mestre Maria Gorete Reis, Pró-Reitora de Extensão Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Rondônia – IFRO. Está com a palavra.

A SRA. MARIA GORETE REIS – Está certo. Bom a todas. Bom dia a todos também - tem alguns homens representando aqui os Conselheiros. Bom, cumprimento a Mesa em nome do Deputado Jhony Paixão, e em nome da minha amiga Rosi Silva, da Actron, eu cumprimento todos os Conselheiros e Conselheiras. E já aproveito para parabenizá-los pelo Dia do Conselheiro Tutelar, que é no dia 18/11, próxima segunda-feira. E também parabenizar e desejar sucesso aos eleitos, aos reeleitos, que é uma tarefa árdua, é uma missão. Tem aquele filme Missão Impossível, que no final nunca se torna impossível, não é? Mas, a gente sabe que é uma missão árdua e é um grande desafio que vocês têm pela frente. E eu creio que a conexão de todas as instituições é primordial para o sucesso das ações. Sozinhas, nós não conseguimos avançar. A gente sabe, nós temos a ajuda de Deus, como muitos já colocaram aqui. Mas, a gente precisa de ajudar terrena também, de todos os entes envolvidos, o apoio da Assembleia Legislativa, Deputado. Já o parabenizo também pela iniciativa, por estar promovendo este momento de discussão, esta Audiência, isso é primordial para os Conselheiros. E também a Actron, por ter incentivado esse momento.

(Apresentação de PowerPoint)

Eu gostaria de aproveitar o momento para fazer uma apresentação da formação dos Conselheiros, que também é uma ação fundamental. Não é bem... A gente sabe que todos nós somos capazes, mas, os desafios são muitos e, muitas vezes, o Conselheiro assume a sua função nem sabendo direito o que vem pela frente, qual é a sua atribuição, qual é o papel do Conselho, qual é o papel das instituições de apoio, qual é o papel do Governo Estadual, Municipal, enfim. Essa formação inicial e continuada é fundamental. Fundamental para que as ações sejam feitas a contento, para que os resultados sejam positivos e que, no final do mandato, o Conselheiro possa de fato dizer: "eu cumpri a minha missão". Sair com a sua consciência tranquila e certo de que ele deu o seu melhor, de que ele fez o seu melhor para a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Eu posso ficar ali no cantinho para poder ver aqui a apresentação, acompanhar, já que eu não tenho passador? Obrigada.

Bom, gente, desde 2013, o Instituto Federal de Rondônia implantou a Escola de Conselhos, que é uma escola responsável pela formação inicial e continuada dos Conselheiros Tutelares

e de Direitos da Criança e do Adolescente. Essa escola foi implantada com o apoio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do então Ministério dos Direitos Humanos. A partir de então, nós temos desenvolvido algumas formações anuais, sempre que possível. Mas a gente sabe que, para formação, é preciso investimento, investimento em professores, contratação de professores, investimento também para apoio aos Conselheiros para que eles possam participar dessa capacitação, investimento em equipamentos, em materiais. Enfim, eu digo aqui, Deputado, que não é um gasto, não é uma despesa, é de fato um investimento extremamente necessário para que a gente possa assegurar o direito das crianças e do adolescente.

Bom, e durante toda essa caminhada, essa jornada que a gente tem tido desde 2013, em 2017 nós tivemos um convite da Secretaria Nacional para ministrar este curso nos nove Estados da Amazônia Legal: Acre, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Tocantins, Pará, incluindo o Maranhão também, enfim, nos nove Estados. Nós fizemos um mapeamento e nós chegamos a 4.500 vagas. Então, foram ofertadas 4.500 vagas, contemplando esses nove Estados, em um curso formatado de duzentas horas, com o objetivo principal de promover essa formação inicial e continuada desses Conselheiros nesses nove Estados. A metodologia que nós adotamos foi: a implantação de um Núcleo Regional e polos presenciais nos nove Estados da Amazônia, o curso sendo ofertado na modalidade semipresencial, por quê? Nós fizemos um ambiente virtual de aprendizagem. O material impresso é material em pdf e também os encontros presenciais ofertados mensalmente. Então, esses encontros presenciais, como eu estava falando, foram realizados mensalmente, na medida do possível, e os módulos foram ofertados a cada mês. A princípio, o curso foi programado para iniciar em 2018. Por alguns problemas burocráticos, técnicos em relação a investimento também, nós começamos em 2019. Então, foram esses Núcleos implantados, essa quantidade de polos que vocês podem ver aí nos "slides" e a quantidade de vagas ofertadas em cada Estado. Esses são os módulos. O curso foi dividido em cinco módulos. Eu não consigo ler aqui quais foram as temáticas, vocês podem verificar aí quais as temáticas que foram discutidas no curso, foram abordadas. Esse conteúdo foi discutido com a Secretaria Nacional. A Rosi também nos ajudou bastante com a formação do currículo, o Conselho, enfim, e os especialistas também com renome nacional que fizeram parte da construção deste currículo e da construção e elaboração do material didático que foi utilizado no curso. Esse foi o cronograma que nós adotamos. Então, nós iniciamos o curso em junho de 2019, e ele foi encerrado agora em setembro de 2019 com a oferta dos cinco módulos.

Bom, aí é um relatório parcial. Como o curso encerrou em setembro, nós estamos em um momento de coleta de todas as informações dos diversos polos de todos os Estados para finalizar o relatório final, enviar para a Associação, enviar para os Conselhos, enviar para a Secretaria Nacional, para o Ministério Público. A gente está na fase de coleta de informações, elaboração de relatórios, para prestar contas às entidades de apoio e também de controle e avaliação. O recurso disponibilizado foi no valor de R\$ 1 milhão e seiscentos mil, R\$ 1 milhão e vinte, que está ali no "slide", para aquisição

de equipamentos, elaboração de apostilas, contratação de professores, contratação de tutores também presenciais. E muitos aqui questionaram sobre a questão do apoio ao Conselheiro para participar. Todas as vezes em que nós promovemos um curso de formação, o apoio para o Conselheiro fica a cargo do município. Então, o município ele tem a obrigatoriedade de enviar, de promover a participação do Conselheiro por meio do pagamento de diárias para o custeio de hospedagem e alimentação. Isso é fundamental. Então, a Secretaria Nacional entra com o recurso para material didático, equipamentos, materiais, contratação de professores, contratação de tutores, para toda essa logística do curso, e a contrapartida do município é enviar o Conselheiro para participar da formação.

Lembrando que todo esse curso foi formatado, foi elaborado a muitas mãos, e foi tudo publicado no site do Instituto Federal. Então, os editais de contratação, os editais para elaboração de material, os editais de seleção e inscrição para os Conselheiros Tutelares, tudo está publicado no site e vocês podem ver detalhadamente.

Pode passar o "slide"

Aí são os links dos editais que foram publicados, de seleção, dos formadores, dos Conselheiros participantes. Como eu falei anteriormente, nós estamos na fase de elaboração da prestação de contas, dos relatórios. E a proposta para 2020 é uma formação mais específica somente para os Conselheiros do Estado de Rondônia.

O que nós queremos com isso? E aqui eu já peço, já solicito o apoio do Deputado Jhony, o apoio da SEAS - Secretaria de Assistência Social, o apoio dos Municípios, da Actron, enfim, dos Conselhos, para que essa ação possa se tornar real, possa se tornar factível. Porque a gente sabe, agora dia 10 de janeiro, os Conselheiros vão tomar posse, e é necessária uma formação, uma capacitação inicial. E isso só será possível com a ajuda de todos. Não adianta o IFRO querer capacitar lá, mas o IFRO está aparte do que está acontecendo *in loco*. O IFRO está aparte, excluído das discussões, o IFRO quer fazer uma capacitação sem conhecer realidade do Conselheiro. Essa discussão tem que ser mais próxima. A gente tem que estar junto para discutir o que vocês precisam, para discutir o que é a necessidade de cada município. E a gente se colocar à disposição para isso.

Por outro lado, nós precisamos do apoio desta Casa, da Assembleia Legislativa, no sentido de promover essa participação dos Conselheiros, de ter essa aproximação com os municípios e que a gente possa, de fato, andar de mãos dadas, para a garantia desses direitos. E assim também da SEAS, que nós estamos dialogando - não é, Bruno? - sobre esse apoio para a formação. A proposta é de mais um curso de formação inicial de 200 horas. Mas aí a gente vai atender todo o Estado de Rondônia, que hoje chega a aproximadamente 600, talvez até mais de 600 Conselheiros. Essa formação, nós estamos planejando para acontecer em todos os municípios. E, caso não dê para todos os municípios, pelo menos para 15. Se nós formarmos 15 turmas em 15 municípios, com a média de 40 Conselheiros, nós vamos chegar a 600 Conselheiros formados.

Então, a previsão é que, a partir de fevereiro, nós já estejamos com esse curso formatado para a oferta. Então, o

Conselheiro toma posse em 10 de janeiro e, a partir de fevereiro, no máximo até março, nós iniciaremos este curso. Como? Nós já estamos com todo o material preparado, elaborado por especialistas da área, que atuam há anos na garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esse material - nós temos videoaulas, nós temos material em pdf, que pode ser impresso. E aí, o apoio seria o sentido de a gente promover, proporcionar para que esses Conselheiros possam chegar ao polo e ter o acesso a este curso.

Nós estamos planejando também uma pós-graduação. Daí, infelizmente, nós não vamos conseguir abrir as 600 vagas para uma pós-graduação. Nós vamos começar com uma turma menor, talvez de 100, 120, até 150. E aí, a gente vai abrir um processo de seleção, via edital, que nós temos que dar publicidade. E iniciaremos esse curso de pós-graduação.

Então, está tudo muito mais fácil para a gente já iniciar. Nós já estamos com uma faca... Como diz o provérbio: nós já estamos com a faca e o queijo na mão. Agora a gente só precisa envidar um pouquinho mais de esforço, para que isso se torne real e para que isso se torne mais breve possível. Porque, quanto mais o tempo passa, mais as necessidades vão crescendo, mais os desafios vão aumentando. E uma das coisas que o Deputado colocou aqui: somente o investimento em infraestrutura não vai garantir o acesso aos direitos das crianças. O investimento em pessoas é de fundamental importância. Esse investimento tem que ser feito também na formação. Discutir, refletir, propor ações, colocar as dificuldades: isso é importante também. Mas se nós não investirmos na formação, na qualificação profissional desses Conselheiros, a gente ainda vai ficar com uma dívida com a sociedade, com uma dívida com essas crianças, com essas famílias que, muitas vezes, encontram-se desamparadas. Eu não sei se tem mais algum "slide". Não, só os contatos.

Enfim, gente, eu gostaria aqui de deixar o Instituto Federal de Rondônia à disposição de todos vocês. Aqui tem os nossos contatos. Podem ligar, podem passar e-mail, sugestões de capacitação, sugestões de oferta de turmas em seu município. Nós vamos avaliar. Só que a gente tem que correr - não é, Rosi? Nós precisamos correr para que, em março, a gente consiga, de fato, ofertar esse curso. E que vocês, os seus colegas, os seus pares possam participar dessa formação. Muito obrigada pela oportunidade. Estamos à disposição. E, mais uma vez, eu parabeno vocês por terem aceitado esse desafio, por terem aceitado essa missão e desejar grande sucesso em suas ações. Muito obrigada.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Parabenzá-la, Gorete. Realmente eu desconhecia, na verdade, essa capacitação, e é muito importante. E digo aos senhores: eu acredito que, em todas as funções na qual a pessoa é colocada, deveria se ter eleição.

Nós temos ali (vou falar da Câmara Municipal), nós temos Vereadores que ficam quatro anos no mandato e finalizam o mandato sem fazer qual é a função do Vereador. Pasmem os senhores, que eu já fui da Câmara Municipal. Então, o importante, principalmente aos que foram eleitos, é que se capacitem, que possam realmente conhecer seus direitos e deveres, porque do contrário, senhores, sabe o que nós seremos? Nós seremos um elefante preso a um barbante, não

é? Com uma força enorme, mas sem conhecermos a força que temos.

Então, é importante, primeiramente, para você defender a sociedade, defender as nossas crianças é saber realmente até onde você pode ir, o que você pode exigir, o que você pode cobrar. Então, parabéns. Conte com o nosso apoio. A gente pode... Deixo uma equipe. Já está inclusive ali ao lado. Veja de que forma a gente pode estar ajudando a SEAS neste momento, para que nós possamos capacitar o maior número dos senhores, para que possa realmente atender o anseio da comunidade-fim, que são os nossos adolescentes, a nossa sociedade. Ok?

Neste momento, antes de abrir a fala dos senhores, passaremos a apresentação de um vídeo institucional sobre os Conselheiros Tutelares. Está na agulha aí?

(Exibição de vídeo institucional)

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) - Eu conversava com Gorete neste momento, e o estalo que deu um curso desses, a gente tem que entrar, fomentar já para o início do mandato. O cara está naquele gás, querendo trabalhar, para que ele possa realmente dar uma maior parcela de contribuição. Viu, Bruno? Se a gente pudesse ajustar isso aí, seria formidável. Conte com o nosso apoio, porque a gente tem certeza que, quando eu falo "emendas", senhores parlamentares, às vezes – não vou dizer que há deputados, mas no passado eu já vi – acham que o dinheiro é deles. O dinheiro não é nosso, não. Não é meu, não. O dinheiro é de vocês. Então, o que nos cabe neste momento é tentar canalizar esse recurso de uma forma que ele possa voltar para vocês mesmos, de forma que vocês possam usar de uma forma verdadeira. E como ela disse neste momento: não é gasto, é um investimento. O grande problema, senhores, é que toda vez que você parte para capacitações como essas, toda vez que você parte para uma social, quer seja Proerd, quer sejam outras áreas sociais, essa conta não fecha. Porque quando o cara coloca 200 mil em uma construção, ele chega ali e vê o prédio montado. Só que quando você investe em pessoas essa conta não fecha, porque quando o cara coloca R\$ 200 mil em uma construção, ele chega ali e vê o prédio montado. Só que quando você investe em pessoas assim, você não consegue visualizar. Essas ações vão surtir positividade com o decorrer do ano. E aí, Gorete e nobres pessoas que estão na Mesa, eu não os culpo, não culpo nenhum gestor desses e eu vou falar para os senhores. Sabe por quê? Porque esse erro foi cometido lá atrás na Bíblia mesmo, isso é natural do ser humano.

A Bíblia conta que as pessoas estavam no Egito, foi-se necessários 10 milagres para que amolecasse o coração do Faraó. Então eles viram, eles vivenciaram aqueles milagres, viram o Mar Vermelho, viram tudo. Depois a Bíblia conta que à noite tinha uma corrente de fogo ao céu que esquentava o povo, porque lá é 0 graus à noite, e quando chegava de manhã tinha o maná. Você que é da Universal, se eu estiver errado você me fala. Tinha um maná, tinha uma fruta todos os dias de manhã para eles comerem. Depois de ver todos esses milagres acontecerem, Moisés sobe ao monte e fica 40 dias orando. Quando ele ficou 40 dias orando, aquele povo que vivenciou todos esses milagres, todos esses acontecimentos, ficou apreensivo e construiu um bezerro de ouro. Pegaram tudo o

que eles tinham de ouro e construíram um bezerro de ouro. Se eles cometeram isso no passado, senhores, esse erro, por que eu digo um erro? Porque eles sentiram a necessidade de ter algo material e o bezerro de ouro é algo material. Todos aqueles milagres não é algo material, é algo que pode ser sentido. Então todas as ações que os senhores fazem no dia a dia, elas vão surtir resultado a longo prazo, elas podem ser sentidas a longo prazo, quando você faz uma intervenção junto a uma família, quando você resgata uma criança que tinha tudo para dar errado e naquele momento deu um revestres na vida dele e ele enxerga a positividade. Então tudo isso acontece, e que nós, Bruno, não decorramos desse mesmo erro, nós possamos investir nas proposições nesse sentido, que podem ser sentidas, que é essa capacitação, que nós possamos auxiliá-la para que eles possam, pelo menos, ter condições de poder chegar até o local onde está ocorrendo a infração de uma forma mais digna, de uma forma mais humanitária, por assim dizer.

E aí, senhores, nesse momento, nós vamos conceder a palavra aos inscitos, eu acredito que o nome, a cidade e a proposição, "olha temos essa dificuldade" e se tiver alguma ideia ou algo dessa natureza que queira contribuir conosco. As pessoas inscritas estão aqui.

Nesse momento, senhor Rafael Nunes Reis, Secretário Adjunto da Semas do Município de Vilhena. Antes de você começar, parabenizar, senhores, os deputados. Ali nós vimos o Deputado Pastor Alex e o Deputado da Singeperon, o Anderson, eles fazem parte da Comissão, nós somos divididos aqui em comissões. A minha Comissão, que eu sou Presidente, é Fiscalização e Controle. E eles cuidam dessa Comissão que cuida da parte dos jovens, de nossas crianças. Então parabenizá-los, eles não estão conosco porque eles têm uma agenda fora, o Pastor Alex está em Brasília resolvendo algo da natureza de sua pasta e queria estar muito conosco e disse que não poderia.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônia) – Nós solicitamos aos inscitos que usem a tribuna por conta da filmagem, para que todas as contribuições possam ser registradas.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Positivo. Então enquanto ele chega, parabenizar esses deputados que estão sempre encampados conosco para poder, realmente, fazer valer os nossos direitos. Fiz o convite, mas, infelizmente, boa parte deles está em Brasília.

O SR. RAFAEL NUNES REIS – Bom dia a todos. Bom dia, Deputado, bom dia a todos os presentes da Mesa. Meu nome é Rafael, sou assistente social e Secretário Adjunto da Secretaria de Assistência do Município de Vilhena.

Antes de tudo, tenho três pontos para sugerir para falar aos presentes. Primeiro ponto é que nós gestores devemos ter a consciência que o conselheiro tutelar dentro de um município, ele não é uma pedra no sapato. Ele é um profissional que está ali para contribuir com a gestão pública e, sobretudo, proteger a criança e o adolescente do meu município. Segundo ponto, uma sugestão que eu daria nessa Audiência Pública seria na metodologia de escolha. Nós sabemos que a

metodologia de escolha hoje do conselheiro tutelar é através da eleição. Dentro de uma gestão a sugestão seria a realização de concurso público. Nós temos aí uma rotatividade de conselheiros tutelares a cada quatro anos, isso dentro de uma gestão traz prejuízos financeiros. Sobretudo, nesse concurso público incluir profissionais de suma importância na composição da equipe do Conselho Tutelar, como um assessor jurídico, um assistente social e um psicólogo. São profissionais que dariam respaldo nas deliberações de todo o colegiado do Conselho Tutelar. Se não tem como colocar um assessor jurídico, um psicólogo, mas no mínimo, um assistente social. Essa composição dessa equipe técnica é de suma importância para a execução do trabalho, para respaldar os conselheiros tutelares, que, afinal, são profissionais que aplicam medidas de proteção. E essas medidas podem suprir esses direitos. O direito da guarda, o direito da visita e a imposição de frequência, que são medidas que restringem o poder familiar.

Então uma sugestão seria a formação dessa equipe técnica. O assessor, o psicólogo e o assistente social. E uma sugestão para os municípios adotarem essa equipe técnica no Conselho Tutelar. Nós sabemos que tem muitos conselheiros que têm um conhecimento raso e não um conhecimento técnico. E isso daí, esse conhecimento técnico, deixa um trabalho muito positivo. Também para a Associação, para a Assembleia, para a Associação dos Prefeitos, a formação. Firmar um termo de compromisso, uma pactuação entre todos esses órgãos, para que essa equipe seja formalizada, para que os municípios adiram, coloquem aí no seu município os profissionais de suma importância.

Para finalizar minha fala, nós temos lá no Município de Vilhena o nosso Conselho Tutelar, uma Sede própria, junto com o abrigo municipal, também uma sede própria, que foi um trabalho de parceria entre gestão, entre o CMDCA, entre o Ministério Público que aí articulou, com o Ministério do Trabalho, uma disponibilização de uma multa para que nós tivéssemos a nossa Sede própria. Então foi um trabalho em rede. Não foi somente de um único órgão. Então nós temos, graças a Deus, aí, essa Sede própria, que oferta aí, disponibiliza um trabalho de qualidade e, sobretudo, nós precisamos, aí, reafirmar essa valorização desse profissional que coloca que está com a vida em risco 24 horas, não é? Nós temos profissionais em Recife - não é? -, esses dias, que foram a óbito, mataram - não é? Nós precisamos repensar e valorizar esse profissional. Muito obrigado e um abraço a todos.

O SR. JHONY PAIXÃO – Parabéns, viu, Rafael! Grande pertinência aí, a preocupação e a sua colocação. Se tiver umas ideias aqui, acredito que a Mesa também, quem sabe, consigamos sair daqui com o encaminhamento positivo disso aí.

Convido, neste momento, a estar conosco para contribuir com a fala, também, o senhor Robson Martins, Conselheiro Tutelar. Primeiro Conselho Tutelar Distrital de Jaci-Paraná. (Ele falou aqui: "grande Robson!". É, realmente, não é? Um metro e oitenta!)

O SR. ROBSON MARTINS – Bom dia a todos. Literalmente grande. Em nome de todos os Conselheiros Tutelares, em nome da nossa querida Rosi Silva e o Clemildo, se não me engano,

estava aqui, eu não sei se foi embora, cumprimento a todos aqui presentes à Mesa.

E antes de falar das nossas dificuldades, como a fala da Carla, eu também não poderia deixar de passar a questão que o nosso Sargento Botelho falou. Ato infracional, realmente, não somos nós que atendemos. Ato infracional é a polícia. E eu convido a todos aqui, quem não leu ainda o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), leia, estude. Por mais que nós, às vezes, não tenhamos capacitações frequentemente, mas nós não podemos deixar de ler o ECA, que é a lei que rege o Conselho Tutelar.

Então está lá, artigo 172, entre outros, que não é o Conselho Tutelar que faz o atendimento de um adolescente que cometeu ato infracional. O CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) também não fiscaliza o Conselho Tutelar. Isso aí também já é um ponto errado. O Conselho não é táxi, não é carro de aplicativo para ficar carregando criança, adolescente que tem mãe e pai que são responsáveis. Então quando a escola diz: "Liga lá para o Conselho" e fala assim: "Ah, tem uma criança aqui que está passando mal e o pai não sei o quê, não sei o quê", a gente vai cobrar do pai, porque a responsabilidade é do pai. Certo?

E como a Carla falou, no Criança Protegida, sim, tinha Conselheiro de Porto Velho presente. Por mais que tinha poucos, mas tinha. O senhor disse que não tinha nenhum. Não é? E abuso sexual, nós sabemos que é atendido pelo CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) e não pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Não é? Então é só para pontuar essas falas aí, para que nós não fiquemos como os errados da história. E as dificuldades, é mais fácil eu dizer aqui as dificuldades que nós não temos do que as dificuldades que nós temos. São inúmeras. Mas como Conselho Tutelar Distrital de Jaci-Paraná, eu peço que essa Casa olhe para os distritos que são esquecidos pelo Poder Público, infelizmente são esquecidos.

E o que falta, transporte escolar todo mundo está vendo a luta que está sendo aqui em Porto Velho a questão do transporte escolar. Todos nós sabemos. O Conselho Tutelar Distrital já encaminhou vários documentos à SEMED, Prefeitura, Ministério Público, e até hoje nós não vemos nada feito, nada feito. E tem lugares nos distritos como Vila da Penha, que se iniciou o ano letivo de 2019 agora em outubro, -é muito tempo de atraso -, por falta de transporte escolar. E quando tem o transporte, não tem estrada para que esse ônibus possa trafegar dando segurança às crianças. Em Rio Pardo, mesmo, essa semana teve um ônibus que tiveram que jogar duas pranchas na estrada para passar porque a chuva tinha levado parte da estrada, então, colocando também em risco as nossas crianças no transporte escolar.

Outra dificuldade que nós temos são os atendimentos de CREAS e CRAS nos distritos. Dentro da capital ou na cidade tem CRAS em cada bairro, cada zona tem CREAS; nos distritos nós não temos. E para ir atender tem que ser um CRAS ou um CREAS volante; e isso não acontece frequentemente. Nós temos casos de abuso sexual onde nós encaminhamos para atendimento do CREAS, e a criança ou adolescente fica de seis meses a um ano sem um atendimento. Isso é ruim. O caso dessa adolescente vai piorar, a situação dela vai piorar. Imaginem vocês se vocês tiverem uma filha, Deus me livre,

aconteça algo assim e passar seis meses sem um atendimento, um ano sem atendimento, ou nunca aparecer alguém lá para atender. O Conselho Tutelar, nós fazemos o nosso trabalho, nós encaminhamos conforme a Lei pede, mas o órgão que deveria fazer o atendimento não dá sequência nesse atendimento; é onde nossas crianças e adolescentes ficam prejudicados. Uma coisa que também prejudica, infelizmente, nós podemos ver pelos dados que em Jaci-Paraná, onde tem sinal de celular, nós tivemos mais quase quinhentos atendimentos no ano de 2018; nos outros distritos onde nós não temos o sinal de celular, que dificulta mais ainda para se fazer a denúncia, esse número cai bastante. Então, é algo que a gente poderia pensar, esta Casa poderia pensar em cobrar de quem, eu não sei de quem seja, mas, cobrar para que esse apoio seja dado. Nós temos União Bandeirante que tem mais de 27 mil habitantes, mais do que muitos municípios em Rondônia, e não tem uma torre de celular para que seja feita ligação para que facilite esse atendimento.

Nós também não temos o CAPS nos distritos. Infelizmente o CAPS não vai. Quando a gente entrou no nosso mandato o CAPS atendia em Jaci-Paraná todo final de semana, e quando nós entramos, consequentemente, passou alguns meses e deixou de atender. Com muito custo a gente conseguiu que fosse atender a cada quinze dias, mas, mesmo assim, um CAPS ir a cada quinze dias num distrito para atender nove distritos, - porque nós do Conselho Tutelar Distrital, nós atendemos nove distritos fora vilas e assentamentos -, e temos a distância que de Jaci a Nova Califórnia, a qual deveria esse CAPS atender, são mais quase 300 quilômetros, desculpa, eu não sei o exato, mas, são aproximadamente 300 quilômetros. Então, tem famílias em vulnerabilidade social que não têm condições de vir para fazer esse atendimento, para ser atendido. Então, é um caso que a gente deve pensar e essas políticas públicas devem alcançar a todos, não somente quem está na capital ou quem está na sua cidade, mas nós temos distritos que estão desassistidos pelo Poder Público.

Cursos; na capital, nós conseguimos cursos para adolescentes, não conseguimos? Tem. A Assembleia Legislativa, mesmo, tem a Escola do Legislativo que disponibiliza cursos. Então, mas nos distritos nós não temos. Se um adolescente, se ele está, quando ele não está no período de aula, ele está fazendo o que? O pai está trabalhando, a mãe está trabalhando para sustentar a casa, e esse adolescente, ele vai fazer o que? As drogas; o mundo das drogas está fácil para chamar esse adolescente. Inclusive, eu já abro outro ponto que nós temos, nós falamos sempre, o senhor falou de boca de fumo, não é? Na Ponta do Abunã, exatamente no Distrito de Fortaleza do Abunã, é divisa com a Bolívia. Nós sabemos de onde vem a droga, e lá não tem polícia, lá não tem polícia. É só atravessar o rio. Então, eu acho que se a gente pensar um pouquinho, a gente já sabe por onde entra a droga em Rondônia, fora outros pontos, mas esse aí está livre para qualquer um ir e vir quando quiser.

Então, nós devemos pensar em algo para que esses adolescentes sejam assistidos. Eles têm que se ocupar, porque mente ocupada, a gente não tem tempo para estar fazendo, ou aprendendo coisas ruins. Então, é algo que a gente pode pensar, esta Casa pode estar levando esses cursos também, não só aqui na capital, mas nos outros distritos, porque nós

sabemos que levam também a alguns municípios, isso podia abranger todos os municípios e distritos de Rondônia. Eu acho que a gente deveria sentar e ver qual o curso melhor, o que a gente pode fazer para estar dando uma vida melhor a esses adolescentes. Certo?

Sobre capacitação para nós, nós agradecemos a ACTRON (Associação dos Conselheiros Tutelares de Rondônia), o CMDCA que se esforçou muito para que nós fôssemos capacitados. A IFRO, infelizmente só foi esse último ano, mas a prefeitura sempre negou. Se tiver alguém aqui representando a prefeitura, a prefeitura sempre negou capacitação para os Conselheiros Tutelares, sempre, sempre. Não venham me dizer: "Ah! A gente fez isso". Não. Não fez. Quem ajudou foi ACTRON e CMDCA. O Clemildo, quando chegou, nos deu outra visão do que é ser Conselho Tutelar porque ele brigou, porque antes no CMDCA não tinha isso. Nós tínhamos esse apoio de capacitação? Não. E ele realmente: "Não a gente vai fazer a capacitação". Buscou apoio em todas as Secretarias, Escolas, para que pessoa pudessem estar passando um pouco do seu conhecimento para nós, e nós realmente precisamos de capacitação, mas não só nós. Assim como o Sargento Botelho falou, desculpe, mas o senhor deu a entender que não conhece um pouco do ECA, e essa capacitação devia se abranger a toda a rede, não só aos Conselheiros Tutelares, a toda rede, para que essa rede futuramente, essas engrenagens se encaixem melhor. Porque, às vezes, não se encaixam porque eu conheço a minha atribuição, mas eu chego em outro lugar que a pessoa não conhece a atribuição dele, e aí vai dar divergências. Então nós devemos nos capacitar, não só os Conselheiros Tutelares, mas a todos, para que essas engrenagens possam funcionar melhor. Certo!

A falta de segurança pública nos distritos; em Extrema, o ano passado a gente chegou e a gente precisava do apoio da polícia para uma situação, e quando a gente chegou à delegacia só tinha um policial militar, só tinha um. Aí a gente perguntou: "mas o senhor está sozinho"? Ele falou assim: "Não, tem mais dois colegas, mas eles foram resolver uma situação numa linha aí, não sabe que hora que volta". Então, a falta é nítida, nós precisamos também de policiais nos nossos distritos. Nós temos Vista Alegre do Abunã, que está em crescimento e que também tem pouco policiamento. Lá praticamente todo final de semana a gente vê notícia que morreu alguém; que tem adolescente envolvido com droga; que tem adolescente em lugares que não era para estar, que é a polícia que faz essa fiscalização. Então, a gente precisa também desse apoio de segurança pública nos distritos. Graças a Deus, Jaci-Paraná e Mutum estão bem assistidos, União Bandeirantes, mas nós temos mais seis distritos desassistidos, não desassistidos, mas com essa falta de policiamento. E sofrem os policiais que estão lá também, porque além de estar em poucos para trabalhar, acaba, digamos, sobrecarregando no trabalho. Então a gente também deve olhar para esses profissionais.

A senhora falou sobre o município dar diária para a capacitação da IFRO, não é? Nesse ano os nossos Conselheiros que vieram participar da capacitação não receberam, a gente fez pedido, não receberam, e mesmo assim vieram com o próprio dinheiro, comeram com o próprio dinheiro para estar participando. E, assim, nós estamos aqui pela causa, como o

senhor falou, o salário é, tem alguns que recebem um pouco melhor? Recebem. Mas a gente sabe que a nossa luta é grande. Nós, dos distritos, nós atendemos 9 distritos. Não são um do lado do outro. Se for colocar em questão de quilometragem, ao todo, só ao longo da BR, fora linhas e outras coisas, dá mais de 400 quilômetros. Para cinco Conselheiros estarem atendendo, não é fácil. Nós não temos auxílio alimentação, às vezes, saímos para algum atendimento de manhã e voltamos depois das 14h00. Se você não tiver dinheiro, está com fome, mas nós estamos lá.

E eu parabeno todos. Dia 18 de novembro, como o senhor lembrou, é dia do Conselheiro Tutelar, e desde já eu deixo o meu grande abraço a cada um de vocês. E essas são as nossas dificuldades. Nós estamos dispostos a sentar e ver o que nós podemos fazer para melhorar no âmbito da defesa da criança e do adolescente. Desde já obrigado.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Obrigado, Robson. Anotado aqui.

Convido agora Edileusa do Nascimento, Conselheira Tutelar do Município de Ariquemes.

A SRA. EDILEUSA DO NASCIMENTO – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, cumprimento todos os Conselheiros.

A nossa grande dificuldade lá em Ariquemes é a nossa condução, veículos. A gente atende a várias denúncias do Distrito do Bom Futuro, do garimpo Bom Futuro. E geralmente os nossos carros são baixos, e lá é estrada de chão, não é? Então, sempre os nossos carros estão quebrados, e sempre manda na oficina e sempre está quebrado. E a gente atende muitas linhas, Garimpo Bom Futuro, as Linhas, então são muitos atendimentos, a demanda é muito no garimpo. E nós estamos lá atendendo toda semana quase nós estamos lá, muita denúncia, então a nossa grande dificuldade é essa. Nós precisamos que tenha um carro alto para ir ao garimpo, os carros são baixos e quebram facilmente. Então é isso, a nossa grande dificuldade está sendo isso.

E, também, o colega aqui citou uma equipe técnica, e nós precisamos também dessa equipe técnica lá no Conselho, por quê? Porque é muita demanda. E também na delegacia, porque são muitos casos de abuso que a gente atende, e na delegacia a criança fala para a gente no Conselho toda a fala dela. E quando chega à delegacia tem que repetir tudo de novo. Aí o que acontece? E lá na delegacia não tem uma sala reservada para criança, para a criança falar e expor, falar tudo o que aconteceu com ela. Aí quando chega lá à delegacia para registrar ocorrência, a criança tem que voltar a falar tudo de novo o que aconteceu com ela. Não tem uma sala reservada. É ela lá no balcão atendendo e falando e as pessoas todas em volta, entendeu? E assim, se tivesse essa equipe técnica na delegacia seria muito bom. Amém. É isso. Obrigada.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Obrigado da contribuição, Edileusa.

Convido, neste momento, a senhora Marilande Alves, Conselheira Tutelar do Município de Cacoal.

A SRA. MARILANDE ALVES - Bom dia a todos. Em nome do meu colega Gustavo, que é um cadeirante, Conselheiro Tutelar, eu quero cumprimentar a todos os presentes.

Todos os conselheiros, se tivessem a oportunidade de vir aqui, fariam de uma demanda individual lá do seu município. Eu venho falar em nome de todos. Porque eu acho que a demanda nossa é a demanda de todos. O clamor nosso é o clamor de todos. Logo que eu cheguei e sentei aqui, eu sentei naquela cadeira super confortável, eu imaginei se no meu Conselho, se lá no nosso local de trabalho, nós tivéssemos pelo menos uma cadeira confortável para os conselheiros sentarem. Mas, infelizmente, Senhor Deputado, as cadeiras que nós temos em nossas sedes são cadeiras antiquíssimas, que não têm condições nem para o Conselheiro trabalhar, e principalmente para aqueles que precisam de uma acolhida ao chegar ao nosso Conselho Tutelar.

Eu acho que o clamor nosso é que nós tenhamos, pelo menos, um local de trabalho digno, que todos os Conselheiros tivessem um local para trabalhar com dignidade. Porque nós já ouvimos a fala de uns Conselheiros, que o local de trabalho não tem condições para trabalhar. Nós trabalhamos todos os dias com a vulnerabilidade. Nós dormimos e, às vezes, nem dormimos. Nós imaginamos que o dia amanhece e nós vamos deitar à noite. Enquanto todos dormem, nós ficamos na noite trabalhando sem apoio e sem condições de trabalho. Nós temos aí um colega que a cadeirante, e a maioria dos nossos conselhos não tem acessibilidade. Todos os locais públicos têm que ter acessibilidade. Eu acho que é preciso que todos os Conselhos Tutelares tenham acessibilidade. Porque agora não é só o usuário que precisa de acessibilidade, nós temos profissionais, também, que estão nos representando nesses locais de trabalho.

Já foi falado sobre o carro. Nossa situação também em Cacoal, eu sou de Cacoal, tem duas colegas nossas aqui, e nós precisamos. Quando a gente visita também as Câmaras municipais, as Prefeituras, esta Casa de Leis, este Legislativo, tantos carros e nós estamos trabalhando com carros em péssimas condições de uso. O Conselho Tutelar não trabalha sozinho, ele trabalha em colegiado, e nós temos que entrar no carro e, às vezes, a gente faz até uma brincadeira, temos que fazer regime para não pesar o carro, porque nós temos que colocar outras pessoas, porque não dá conta de entrar nos locais onde a gente entra. Porque se a polícia for, tem que ter um carro grande, porque se não tiver um carro grande já avisa: "é para linha de local de difícil acesso, não vai", porque tem que ter um carro que chega e que sai. Às vezes, nós chegamos ao local e não conseguimos sair. E precisamos sair correndo no meio dos pastos, com medo e o carro vir devagarzinho, porque não dá conta, com os nossos Conselheiros dentro do carro.

Outra luta nossa, que a gente tem que entender esta necessidade, é que o Conselheiro Tutelar precisa de respeito. Eu não sei se vocês, no município de vocês, passam o que a gente passa. Chega num local, se identifica como Conselheiro Tutelar, eles fazem questão de te deixar meia, uma, duas horas e não entendem que chegou uma autoridade. O Conselheiro Tutelar é uma autoridade comparada a uma autoridade de um juiz. Então precisa de respeito. Precisa de respeito dos nossos representantes políticos, porque na hora de eleição eles gostam

de chegar perto do Conselho Tutelar, porque sabem que o Conselho Tutelar está lá onde tem a vulnerabilidade, onde o voto é mais fácil. Mas nós como Conselheiros não somos agentes de ganhar voto para político. Nós defendemos direito e nós precisamos cobrar de quem quer que seja que os nossos locais de trabalho tenham a dignidade, para que as famílias que nós atendemos tenham, também, respeito e dignidade.

Quando se fala de retrocesso social, é o que nós vivemos hoje. Nós temos aí o Fundo da Infância, que é o FIA, que vem dinheiro, senhores, para que tenha capacitação para os Conselheiros Tutelares. E nós temos que vir a essas capacitações sem diária, dormindo dentro de carro, tomando banho em rodoviária. Eu pergunto a vocês: um representante político sai do seu município sem diária? Não sai, porque a diária é antes. Nós trabalhamos com eventualidades; nós trabalhamos com uma demanda; nós não sabemos para onde nós vamos e é preciso que tenha um orçamento reservado para os Conselheiros Tutelares, para ter diárias e para atender não só o Conselheiro, como uma criança que entra no carro, para dar alimentação. Em um dos meus plantões, levei um adolescente para um outro município. Eu não tinha dinheiro para pagar a minha comida, mas o garoto precisava comer. E nós tínhamos que pedir para os donos de restaurante o alimento, pelo menos para o nosso adolescente que estava dentro do carro.

Outra coisa que eu gostaria de falar, eu já falei sobre a locomoção. É sobre a equipe técnica. Eu acredito, não sei quem disse aqui sobre a necessidade, - eu acho que foi o Secretário lá de Vilhena -, sobre a necessidade de profissionais. Lá no meu município, nós encerramos agora o mandato, nós temos lá uma psicóloga, 03 assistentes sociais e um professor. Isso daí é importante? É muito importante, porém nós não somos um órgão que executamos serviços. Precisa que o município tenha profissionais técnicos para atender a nossa demanda. Eu sou assistente social, mas eu sou Conselheira Tutelar. Então, precisa que o município tenha uma equipe técnica plantonista, senhores, para atender a demanda do Conselho Tutelar. CRAS não pode executar alguns tipos de serviços, CREAS também não pode executar. Quem pode executar? Uma equipe técnica, para ir in loco, para fazer visita e para dar uma resposta para gente, não é de 30 dias, porque a resposta que o Conselheiro precisa, às vezes, é menos do que 12 horas. E nossos municípios precisam ter técnicos preparados e de prontidão e, de preferência, que sejam plantonistas, porque a dor não espera hora para chegar, ela chegar durante o dia, ela chega também na madrugada, e aos fins de semana, e feriado como amanhã, quando todo mundo vai dormir, a dor vai chegar em algumas famílias e nós precisamos desse serviço. Muito obrigada.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Obrigado pela contribuição, Marilande Alves, de Cacoal. Convido agora Alvanete Santos, Conselheira Tutelar de Presidente Médici, minha vizinha, moramos ali ao lado. Alvanete Santos. Vou fazer anotações aqui, pessoal, para fazer as considerações ao final, juntamente com aquele da qual tem a nobre missão comigo de encontrar a solução para muitas das demandas dos senhores.

A SRA. ALVANETE SANTOS – Bom dia a todos. Quero só complementar, como os colegas já citaram, a demanda acho

que de um Conselheiro é a de todos. Nós estamos na mesma batalha e lutamos pelo mesmo, defender a mesma luta. No nosso município, em Presidente Médici, desde 2016, a gente atendeu um caso e, como as colegas citaram, encaminhamos. Só que a gente é barrado quando chega na rede. Porque as pessoas que deveriam dar sequência ao trabalho com os adolescentes, em caso de abusos e outros casos, não têm no nosso município.

Nós estamos findando o nosso mandato sem psicólogo, sem assistentes sociais, e o que acontece? Uma criança que a gente conduziu, encaminhou desde 2016, voltou para gente agora. Eu tenho aqui os áudios onde ele saiu de casa, hoje adolescente e a avó falou o seguinte: "Eu vou colocar o Conselho atrás de você. Vou lá no Conselho para a Conselheira". E como tem, às vezes, alguma afinidade com a Conselheira que atendeu, cita nomes. "Vou colocar Fulano para ir atrás de você". E daí eu tenho os áudios que ele mandou: "Manda a Fulana atrás de mim, que eu vou meter uma bala na cabeça dela. Se ela aparecer morta pode saber que fui eu". Aí, o que a gente faz como Conselheiro, sem ter nenhuma instrução, sem ter nenhuma preparação física e técnica para atuar com um adolescente desse. Colocamos em risco as nossas vidas, a vida das nossas famílias, filhos. Por quê? Porque não tem uma equipe que vai lá e trabalha. Porque se em 2016 um psicólogo tivesse trabalhado os vínculos familiares com essa criança, na época, e com a família dele, hoje nós não estaríamos expostos a essa situação.

Então, o que para o trabalho do Conselheiro, eu quero citar aqui que é de conhecimento de todos que veem a rede social, a nível social, um assassinato que uma irmã fez contra a irmã, que é um adolescente. Porque aquilo? Aí veio uma policial e colocou nas redes sociais. O Conselho pegou a criança e devolveu. O Conselho não tem poder para isso. Nós fazemos o quê? Nós encaminhamos. Às vezes, fazemos o acolhimento. Só que quem devolve é só o Poder Judiciário, gente, não somos nós. Aí, falta de uma das colocações que eu queria colocar, realmente, aqui, é a falta de - como que se diz? - capacitação, como o colega citou, não só para os Conselheiros, mas que a sociedade estivesse envolvida para ter conhecimento até onde vai a autoridade do Conselheiro. Porque muitas vezes nós pagamos pelo que não somos responsáveis. Está entendendo? A gente paga porque falam: "O Conselheiro não fez; o Conselheiro deixou de tirar a criança; o Conselheiro devolveu a criança". Não somos nós. Nós apenas fazemos até onde a lei nos permite, dali para frente são outros profissionais. Só que quando, lá na frente, tem um problema, se tem um desenvolvimento um desfecho de um caso positivo, "ah, foi o psicólogo, foi o assistente social que foi lá e fez". Agora, se tem um desfecho negativo, foi o Conselho Tutelar que deixou de fazer, ou o Conselho Tutelar que foi lá e fez errado. Então, infelizmente, nós Conselheiros somos aquele primo pobre da família, que só levamos para casa as críticas, deixamos de ter reconhecimento quando agimos e atuamos corretamente. E muitas vezes respondemos por coisas que não são da nossa atribuição, sim.

Então deixar aqui a minha indignação, principalmente com os representantes municipais, porque eles deixam de dar suporte aos Conselheiros. Muitas vezes somos vistos como uma pedra no sapato deles. A administração municipal vê o

Conselho Tutelar como uma pedra no sapato. Estamos aqui, eu e a minha colega, com dinheiro nosso; viemos, compramos passagem com o nosso dinheiro, pedimos diária e não tivemos nem resposta se teríamos ou não. Ontem eu liguei para a secretária por volta de 4:00 horas da tarde e ela me disse que em 40 minutos me retornava; até agora, talvez ela ainda me retorne neste momento, a partir daqui. E eu falei, eu não vou deixar de ir, e estamos aqui.

Então, parabenizar cada um dos meus colegas que estão aqui, que brigam por essa demanda, por essa luta. É por amor à causa, sim, porque por mais que nós sejamos ameaçados, mas quando nós vemos um adolescente ou uma criança livre de uma situação que ia conduzir ao fim, é satisfatório. Então se estamos aqui, meus senhores, é porque nós amamos e defendemos a nossa causa, a causa das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Muito obrigada a todos.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Parabéns, Alvanete. E, realmente, inquestionável, gente. Quem conhece, sabe da causa, não tem o que se discutir. Quem está hoje vestindo a camiseta é porque realmente gosta e quer contribuir com a sociedade. Tem mais duas pessoas aqui. Essa aqui eu acredito que quase ninguém a conheça, é nova na profissão, é a Rosilene Maria da Silva, Secretária Geral da Associação dos Conselheiros Tutelares de Rondônia. A fala está com você neste momento. Está ali, quase ninguém a conhece. Sempre, sempre em todas, parabéns. Um expoente na causa.

A SRA. ROSILENE MARIA DA SILVA – Obrigada. Bom dia a todos. E eu quero cumprimentar os componentes da Mesa, na pessoa da nossa Presidente, a Carla, e antes de eu começar a fazer a minha fala propriamente dita, eu quero parabenizar todos os Conselheiros Tutelares que vieram hoje aqui, guerreiros como sempre, que a grande maioria veio sem diárias. Nós da Associação, a gente utiliza de algumas estratégias, inclusive uma delas foi convidar o Secretário de Assistência para poder estar na Audiência hoje e garantir que ele traga o seu Conselheiro Tutelar para participar.

Então, agradecer aos Secretários de Assistências que vieram e trouxeram os seus Conselheiros, porque eles virem sozinhos para discutir a política da criança e do adolescente, mais especificamente do Conselheiro Tutelar, é meio complicado. Mas hoje eu estou bem feliz por essa oportunidade de estar aqui, num dia especial, porque a gente vai ter o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar, que vai acontecer em todo o Brasil, na segunda-feira dia 18, e estar nesta Audiência Pública por ser o meu dia de aniversário. Então, não tinha um lugar melhor para que eu pudesse comemorar o meu aniversário junto com os Conselheiros Tutelares, que é uma causa que eu já levo isso há muitos anos mesmo. Já tentei sair, mas está na pele, não tem como sair mesmo.

Mas, dentro daquilo que nós propomos para esta Audiência - e eu quero aqui agradecer ao Deputado Jhony Paixão por ele ter atendido ao pedido da ACTRON para que fosse realizada essa Audiência, pelo compromisso que ele está mostrando e que ele tem com a área da infância e da adolescência -, nós já buscamos apoio ao Deputado em outros momentos também. E, conversando ali já o enquadrámos no Encontro de Conselheiros Tutelares com relação ao IFRO, para

ele estar ajudando, contribuindo com as emendas parlamentares. E eu achei bem interessante a fala do Deputado, quando ele diz que o “dinheiro da emenda parlamentar não é do parlamentar, é do povo” e isso, se todos tiverem esse entendimento, isso vai facilitar não só a vida da política da criança e do adolescente nem do conselheiro tutelar, assim como de toda a sociedade.

Eu quero deixar aqui meu respeito e minha indignação, também, pelos membros da Comissão do Direito da Criança e do Adolescente. Eu sei que tem uns Deputados que estão viajando, outros têm outros compromissos, mas não se resume na presidência. E eu acho que num momento desses para que a gente discutisse a política da criança e do adolescente, pelo menos um deputado, não somente o representante, mas um deputado estivesse aqui presente conosco, porque é de extrema importância esse momento de estar discutindo aqui. E, inclusive, buscando respostas, porque nós temos o conhecimento da situação que está acontecendo ali no Município de Jarú, mais especificamente no Distrito de Tarilândia. Que, arbitrariamente, o Prefeito, juntamente com o setor público, com os gestores, simplesmente aprovou uma lei na calada da noite, no dia 3 de abril mandou para Câmara, no dia 4 estava publicado no Diário Oficial, extinguindo a partir de 2020 o Conselho Tutelar de Tarilândia. Uma arbitrariedade, porque o Conselho, uma vez constituído, não pode ser destituído. Nós, quanto Associação, fizemos o contato, a parte administrativa nós fizemos, com a Comissão dos Direitos da Criança e Adolescente aqui desta Casa. Foi feita Audiência Pública no Distrito de Tarilândia para que ouvissem a população, a comunidade. Em nenhum momento nem Prefeito, nem os promotores, nem o juiz, nem ninguém veio nas convocações da Comissão, não vieram. E aí, quanto Associação, a gente está trabalhando para entrar com uma questão já na área judicial, já judicializar isso. Porque na parte administrativa nós já fizemos tudo que tinha que ser feito. Então seria importante se eles estivessem aqui, até porque tem algumas respostas para dar para os colegas.

Mas sendo bem objetiva, também. Já foram faladas as dificuldades. E eu tenho algumas proposições, viu, Deputado, para que a gente possa trabalhar junto. Eu sei que o Sargento falou, e alguns Conselheiros ficaram meio que incomodados. Mas isso é normal, isso é natural. Justamente por falta da formação, da capacitação lá quando tem as escolas. A formação própria para Polícia Militar. E isso é uma luta da Associação há muito tempo, que na grade curricular das formações, tanto para sargento, para cabo, para oficial, tenha ou uma disciplina, ou tenha um momento que trate sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas quem vai falar sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente? Aquele que conhece a atuação da Criança e Adolescente. Mas isso a gente não consegue. E aí, eu trago a reflexão que, bem recentemente, foi agregada à grade dos cursos de formação da Polícia Militar a questão do Direito da Violência Contra Mulher, dos direitos da mulher. Então isso a gente pode perceber que a criança e o adolescente, como prioridade absoluta, ela não está sendo atendida nesse sentido. Porque não é de hoje que a gente vê. Então como o Deputado é militar, eu penso que é uma proposta para que o senhor faça esse intercâmbio com Comando Geral, juntamente com a Coordenação de Ensino. Para que seja incluído na grade algo específico. Às vezes, eu digo isso porque

eu tenho parentes que são da polícia, então tem uma questão: "ah, mas fala sobre o ECA", mas fala sobre o adolescente autor de ato infracional. Ele não fala sobre a atribuição do Conselheiro, ele não fala sobre a atribuição do CRAS, ele não fala sobre a atribuição do CREAS. E isso precisa ser estudado.

Nas formações que a Associação faz nós mandamos convite para que venha Polícia Militar, para que venha a Polícia Civil, para que venham hospitais, para que venham, enfim. E infelizmente não aparecem. Outras figuras que foram convidados para estarem aqui, também não estão. Que poderiam contribuir com isso, que é o representante do Ministério Público e do Judiciário, que é outro problema que nós temos dentro do município é a compreensão por essas partes de quem é o papel do Conselheiro Tutelar. Que muitas vezes, inclusive, a gente teve até uma situação recente em um município, que a Associação atuou, também, em que a juíza estava determinando que o Conselheiro Tutelar fosse para bar, para frente de uma de uma boate ficar vendo se menino está entrando, se adolescente está entrando. Isso não é papel de Conselho Tutelar. Então se tem um adolescente ali, aquele dono da boate está cometendo um crime conforme o Estatuto. Então isso, a gente precisa também ter isso muito claro.

Então a colega que falou que nós somos - acho que foi a Marilande -, que falou que o Conselho Tutelar é equiparado ao juiz - acho que foi você que falou -, e isso é verdade. Em nível de autoridade, em nível de poder, só não de salário, mas o restante ele tem cada um dentro da sua atribuição.

Hoje em dia se confunde o Conselho Tutelar como polícia da criança e do adolescente. E não é isso. Conselho Tutelar não é polícia da criança e do adolescente. Isso precisa se ficar muito claro.

Foi falado, também, e acho que foi o Secretário de Vilhena, com relação a concurso. Hoje o que a Lei Federal estabelece é que, para que o conselheiro, a pessoa, o cidadão ingresse para o Conselho Tutelar, ele tem que passar por algumas séries etapas. E aí a etapa final é o processo eleitoral. Esse processo de escolha. E a nosso ver, - e a gente já conversou em algumas situações nisso, não só em nível de Estado quanto em nível nacional - esse modelo de processo de escolha por voto já está obsoleto. Porque nós estamos tendo, e a gente acompanha também as ações em outros Estados. Nós estamos tendo uma influência política muito grande para as eleições e os processos de escolha do Conselheiro Tutelar. E isso muito nos preocupa. Nós ouvimos em algumas situações, aqui no Estado, de que vereadores, grupos de vereadores estavam fechando para colocar os cinco Conselheiros deles lá dentro. Então, eu me preocupo, como Associação de Conselheiros Tutelares: que tipo de profissional é esse que vai estar lá dentro? Claro, cada profissional é cada profissional. Mas se eu vou com uma intenção política, se eu vou com uma influência política, eu devo alguma coisa para aquele político que está me colocando ali. Então, em algum momento, ele vai cobrar essa conta, vai chegar para mim, como Conselheiro Tutelar.

Então, eu penso, e é uma proposta nossa. Inclusive, como Associação, nós já buscamos conversar com alguns assessores, porque a lei federal precisa ser mudada. Então, tem que ser as representantes do senador. E nós conversamos com alguns representantes de deputados federais para mostrar isso. E eu fiquei bem surpresa com a resposta que um assessor de um

Deputado Federal me deu. Eu falando, explicando como que se procede, que o ideal seria tirar a parte do processo eleitoral, o restante continuaria, os 4 anos, enfim. E aí, o assessor me disse assim: "olha, dona Rosi, esse é um pedido impopular, nenhum deputado vai querer colocar a cara dele pedindo a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente para tirar a parte do processo de escolha, porque todos têm interesse de que o voto seja ali, faça uma escadinha para que seja vereador, enfim, eu meça a popularidade desse Conselheiro que está ali". Então, a gente precisa entender qual é a prioridade absoluta. Se a política não tivesse entrado, ok. É um voto facultativo, não é obrigatório. É facultativo. Então isso demonstra - nós temos Conselheiros aqui - que, se a gente for somar aqui, têm mais de 20 mil votos, muito mais, se nós formos somar. Mas se isso não for usado para um projeto político, político de autopromoção, não tem serventia nenhuma. A partir do momento em que eu coloco o meu nome à disposição para ser Conselheiro, eu sou Conselheiro Tutelar. A criança e o adolescente têm que ter prioridade.

Com relação... Ah, deixa eu ver aqui o que eu coloquei: "ameaça". A colega falou de "ameaça". Muitos dos nossos Conselheiros Tutelares - eu já estou encerrando - aqui do Estado sofreram ameaças. Conselheiros Tutelares foram alvejados. Graças a Deus, nós não tivemos em Rondônia - espero que não tenha - nenhum Conselheiro que veio a óbito. Mas nós já tivemos um colega de São Francisco que fez um atendimento, e depois esse adolescente foi para internação, e depois, quando ele retornou, ele invadiu a casa desse Conselheiro, atirou no Conselheiro, atirou na mulher do Conselheiro. Inclusive ele ficou com sequela na mão porque, quando o adolescente atirou, ele pôs a mão para se defender.

E isso tudo por quê? Porque o Conselheiro Tutelar precisa - infelizmente ele precisa, não pode, mas precisa - ser polícia, ser assistente social, ser médico, ser isso, ser aquilo outro. Porque não tem psicólogo, porque não tem essa equipe para trabalhar. E isso é bem preocupante.

Sobre a saúde mental, que a nossa Presidente falou, também: nós temos muitos Conselheiros que estão beirando a depressão por conta do trabalho. Então, a gente precisa pensar nisso também, e pensar uma proposta em nível de Estado para isso.

Nós temos - e a gente está em conversa com as SEAS - um programa aberto para Rondônia e alguns Estados da Região Norte. E isso, eu digo assim, com muita alegria, porque nunca pensaram em Rondônia para esse programa, que é pelo SICONV (Sistema de Convênios), que é um Programa de Proteção aos Garantidores de Direitos da Criança e do Adolescente. Então, isso é importante. O Ministério do Direito da Mulher, da Criança e dos Direitos Humanos está interessado em quem? Não somente no Direito da Criança e do Adolescente, mas naqueles que também garantem o direito. Então, isso é importante para que a gente consiga fazer isso. A Associação está em conversa. Os profissionais, os secretários estão vendo a possibilidade de como fazer tudo isso. Mas já é um avanço. Mesmo que o projeto não seja aprovado, pensaram aqui no Norte, pensaram em Rondônia, pensaram que a gente também precisa dessa garantia de direito.

Eu gostaria de conversar também com o Deputado. A gente sabe que a Assembleia Legislativa não tem influência direta nos municípios - há a autonomia dos Poderes -, mas pode fazer o fomento dessa questão da carga horária e do salário do Conselheiro Tutelar. Nós falamos aqui, e o Deputado tem os estudos nas mãos, que os Conselheiros Tutelares ganham mal. A carga horária excede... Se a gente for pensar, vamos pensar aí na questão do trabalho escravo, do trabalho forçado. O Conselheiro Tutelar trabalha como um trabalhador escravo. "Absurdo, Rosi, o que você está falando!" Não! O Conselheiro Tutelar cumpre a carga horária dele de 40 horas, e mais os plantões, de graça. Sem remuneração. Sem nada. Então, o que nós temos que fazer? Mudar as leis municipais, mudar a legislação, criar a categoria de Conselheiro Tutelar. E isso a gente pede apoio da Assembleia Legislativa para que a gente possa fazer essa conversa. Infelizmente, o Presidente da AROM não está, então seria importante para conversar sobre isso.

Outra situação, e aí já para pontuar, eu acredito que a gente, para resolver parte da questão estrutural, poderia pensar, eu sei que esse ano não dá mais, mas para o próximo ano, propor emendas individuais e emendas de bancadas, para que possa construir alguns Conselhos modelos no Estado de Rondônia. Agora, eu vou pedir uma coisa com bastante cuidado e bastante carinho, que essas emendas individuais ou de bancadas, que elas atendam o Estado, que elas não atendam apenas aquela região onde o deputado teve voto, que eu acho que a gente precisa pensar nisso também. Eu tive voto em A, B e C, eu vou atender A, B e C mais D, E e F. Então isso a gente precisa ter muito claro.

A questão dos veículos, ano passado a gente saiu daqui, os Conselhos de Porto Velho saíram daqui com dois carros, vamos ver se a gente consegue sair com mais alguma coisa, mas é importante que tenha isso. A nossa região, e esse é um momento da região muito difícil para a gente trabalhar com os carros baixos e os carros pequenos. Alguns Conselhos estão utilizando carros de um kit de 2014/2015 ainda, que nós conseguimos juntamente com algumas emendas federais. Enfim, uma coisa que a nossa colega Marilande falou, também, que é importante que fique bem claro, eu já falei, mas eu vou repetir, que o Conselheiro Tutelar não é agente captador de voto para deputado, nem para vereador, nem para nada. Isso é importante a gente ter muito claro.

E eu agradeço a oportunidade. Tinha mais coisas para falar, mas vocês sabem que eu falo muito. Beijo no coração. Eu amo todos vocês e feliz Dia do Conselheiro Tutelar.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Parabéns, Rosilene. Colocou muito bem as suas considerações. E aqui eu tenho algumas coisas que eu anotei também, mas eu gostaria nesse momento de passar para o Bruno, que representa a SEAS nesse momento, para que possa... Bruno, o que podemos avançar diante dessas demandas que foram colocadas e o que não conseguimos, preciso fazer encaminhamentos para um prazo máximo para a gente conseguir, para que no próximo anos tenhamos resolvido boa parte desses encaminhamentos. Bom dia Bruno, você está com a palavra.

O SR. BRUNO AFONSO – Bom dia a todos. Nobre Deputado Excelentíssimo Jhony Paixão, em nome do senhor agradeço a presença de todos aqui.

É muito bem-vinda essa Audiência Pública aqui. Peço perdão em nome da Secretária de Estado que, por motivos alheios a sua vontade não pode estar aqui, mas externo de forma muito tranquila, uma das coisas que ela nos trouxe assim que ela montou a nossa equipe, nos falar a respeito da prioridade dela, que era a criança e adolescente. Ela sempre deixou isso muito bem claro para nós. E, desde então, nós temos trabalhado arduamente nisso. E temos ações que a gente tem movido com o intuito de auxiliar a criança e o adolescente, algumas vocês mesmos já participaram, a título de exemplo a gente pode trazer as capacitações que a gente fez no começo do ano referente ao processo eleitoral unificado, que alguns participaram. Tivemos o Criança Protegida, que trouxemos a todos buscando melhorar a rede de proteção à criança e o adolescente. Como bem dito aqui por alguns nobres a respeito até, uma coisa interessante, a respeito das diárias que é um grande problema, nós nos preocupamos enormemente quanto a isso, e até sentimos muitos que várias pessoas acabaram não participando seja da primeira, da segunda fase do Criança Protegida, mesmo a gente custeando diária e tudo.

E bem como agora o fim do mês passado nós promovemos a 10ª Conferência da Criança e do Adolescente que, infelizmente, não vai ter a nacional, vai ser para o ano que vem, mas ainda assim juntamos as demandas para a Conferência Nacional. Entendo que todos esses eventos que nós tivemos, ainda que eles tratem dos direitos da criança e adolescentes, eles acabam sendo especificamente para os Conselhos Tutelares.

Mas de bom grado, uma coisa que nós já estávamos promovendo e veio exatamente em um momento muito bom essa Audiência Pública, nós já, com a demanda dada pela nossa secretária de Estado, fizemos uma solicitação para que a gente fizesse, já tínhamos tudo preparado com relação a estruturação dos Conselhos Tutelares. Tínhamos preparado um relatório, um questionário que vai ser enviado a vocês, só que no momento veio essa Audiência, a grande maioria a gente já tinha incluído no nosso questionário. Uma coisa muito interessante aqui foi trazida pelo Nobre, foi a questão dos celulares, né? Para a questão dos plantões. E logo, logo, essa demanda será enviada para vocês, um ofício, aos Conselhos Tutelares, pedindo essas informações. Será semelhante a um senso para ter a noção de como está a situação estrutural, de equipe, de materiais, computadores, acesso à internet, entendeu? É uma forma de termos essa noção de como está cada Conselho Tutelar. Para que assim nós possamos montar um projeto e ver quais são as maiores urgências de cada um e tentar - inclusive, nobre Deputado, talvez uma emenda ou coisas do tipo e a gente - ampliar ainda mais o que a gente possa atender a todos. Entendeu?

Outra coisa interessante a trazer, uma informação, é a respeito do SIPIA, não é? Que é o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência, né? Nós fomos a Brasília este ano e tomamos a ciência de que aqui no Estado não é promovido, em nenhum município, não é? E nós, já no PPA 2020/2023, já tem programação exatamente para tentar implantar em todo o Estado, orçamento destinado especificamente para isso. É

uma forma de tentar alcançar, não é? O SIPIA é que vai nos dar informações, indicadores, e assim nós podemos melhorar a forma de atuação da política pública para a Criança e o Adolescente.

Uma coisa importante que foi falado a respeito de ações, também, com relação à Criança e Adolescente, que foi trazido até pelo nobre Deputado, a questão do Bombeiro-Mirim, que é uma ação que a gente tem feito junto com os bombeiros, e agora foi aprovado junto ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Fecoep). A ampliação do curso, inclusive aqui em Porto Velho, a Orgulho do Madeira, um curso específico para lá; temos também o Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas), a Polícia Militar Mirim, não é? Que provavelmente, também, serão encabeçados pelo Fecoep. E assim, o que eu posso dizer é que a SEAS está, a gente está buscando se empenhar com relação aos Conselhos Tutelares. Efetivamente não ocorreu este ano, no entanto, o que a gente pede para vocês é que, no questionário, apontem tudo, que isso vai ser essencial para que a gente possa fazer um projeto bem adequado para todos, está bom? Só isso mesmo. Obrigado.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Eu pergunto, Bruno, dentro da SEAS nós remanejamos um recurso de R\$ 17 milhões esse ano para que tratasse de assuntos inerentes a crianças que estão em alta vulnerabilidade. Crianças essas que, boa parte, ou são atendidas pelo Proerd, Bombeiro Mirim, ou pelos Conselheiros Tutelares. Há possibilidade de a gente pegar, de nós capacitarmos os profissionais com esse recurso ao qual foi destinado para que pudesse trabalhar nessa vertente, você tem essa informação, se seria possível?

O SR. BRUNO AFONSO - A gente já estava em... foi apresentada, a nossa assessora foi lá junto ao IFRO, onde foi apresentado o projeto e a gente está tratando a respeito da possibilidade de a gente fazer essa capacitação junto ao IFRO.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Positivo. Pessoal, vou fazer uma breve explanação aqui, vamos fazer os encaminhamentos também, para que nós, Bruno, acredito que Secretaria que tem potencialidade para poder abraçar a causa é a SEAS mesmo. Não tem por onde correr. Realmente, concordo que o Presidente da AROM deveria estar aqui, porque boa parte desses encaminhamentos precisaríamos dele, precisamos dele, porque vem dos Prefeitos, nós precisamos neste momento trazer o reconhecimento com relação a padronização de salário, senhores.

Nossa equipe esteve investigando, nós temos um projeto no Senado já para uma padronização. Eu quero ver como vamos fazer isso, assim, na prática, não é? Na teoria é fácil, porque nós sabemos que temos municípios com orçamentos diferentes. Mas eu tenho certeza que quando ele propôs essa discussão, nós vamos encontrar uma solução. O que não pode é a pessoa sair de suas casas, trabalhar 40 horas semanais durante toda a semana e no sábado e domingo ser acionado e ganhar um salário mínimo. Não é? Isso aí não é salário, gente. Isso aí, é, desculpe, ajuda de custo. Nós estamos falando em salário. Então, poucos municípios, e pelo que eu vi, recebem por assim dizer, um salário. Só para os senhores terem uma noção aqui,

eu estava com ele à mão agora, neste momento, tá aqui, oh: "o melhor salário é de Porto Velho, depois Ariquemes. Porto Velho, R\$ 2.891,00; Ariquemes, R\$ 2.537,00". Aí, imagina, a arrecadação que tem em Ji-Paraná, R\$ 1.190,00. Sem os descontos, não é? Está aí. Aí temos aqui Monte Negro, R\$ 1.200,00; Colorado do Oeste, R\$ 1.200,00. Colorado, ainda paga melhor do que Ji-Paraná. É fixo o preço. Vilhena, R\$ 2.500,00; Monte Negro, R\$ 1.200,00; e Cabixi. Cabixi é o pior, R\$ 1.145,00.

Então, isso é uma ajuda de custo, gente, isso não é salário, não. Então, temos que encontrar uma solução em que nós possamos avançar, refazer essa regulamentação de plantão, sábado e domingo é um plantão extra. Sábado e domingo têm que contar hora extra, é acionado à noite, tem que ter um adicional de insalubridade. Isso, nós temos que tentar junto aos prefeitos conseguir fazer isso. Por isso que seria muito importante a presença do Presidente da ARON. Estarei levando esse encaminhamento, viu, senhores, essa discussão diretamente a ele, para que nós possamos avançar nessa tratativa.

Temos aqui o Robson Martins, de Jaci-Paraná, colocou a questão do carro de apoio que nós teremos que avançar junto à Prefeitura, mesmo, viu, Robson. Sinal de celular, no distrito. Nós estamos com uma celeuma dessas em Ji-Paraná também, ao lado, nós temos o Distrito de Nova Colina. Então eu estou tentando encontrar uma solução junto à operadora de sinal. Então, a solução que encontrarmos lá, possivelmente seja a mesma que a gente vai encontrar lá para teu distrito também. Então, a gente está fazendo essa tratativa, eu vou pegar o seu contato para que nós possamos, de repente, avançar junto e matar dois coelhos com uma pancada só.

Cursos para palestras. Vocês falaram muito de conhecer os seus direitos. E aí é que eu digo, Bruno, nós precisamos criar um mecanismo para colocar os nossos jovens - nós temos a Guarda Mirim. Eu gosto muito do Proerd, pessoal, mas o Proerd, eu trabalho com alunos em sala de aula, depois ele vai embora, eu gosto muito mais da Guarda Mirim, Bombeiro Mirim, por quê? Porque se nós conseguirmos, viu, - eu falo porque nós fizemos em Ji-Paraná - escolhe uma seleção de vinte meninos e capacite esses vinte meninos. Esses vinte meninos, eles conseguem dentro de uma sala de aula atender vinte salas de aula em 45 minutos, entendeu. Nós fizemos isso em Ji-Paraná.

Só para os senhores terem noção, com seis meses com trabalho que tinha em torno de doze meninos, doze adolescentes, nós conseguimos atender com palestras, só que na época nós palestramos palestras sobre drogas e violência; craque, maconha, oxi; nós atendemos quase onze mil pessoas. Então, eu acredito que se nós tivermos aí essa capacitação para que o aluno do 3º ano já saia dali sabendo o que o Conselho Tutelar faz, qual é a real missão do Conselho Tutelar. É muito importante, mesmo porque a pessoa se coloca no momento a disposição e nem sabe do que se trata, não eu quero está lá, aí não sabe do que se trata, aí quando chega aqui, leva aquele balde de água gelada; aí fala, rapaz o negócio era diferente. Mas, primeiro ele sonhou antes de buscar o conhecimento. Então primeiro você busca o conhecimento, fala assim: "não, é uma missão legal, mas, não é para mim, não". Então, o trabalho dentro das guardas mirins comparece como

essa, como ECA, você está entendendo? A questão de ambientalismo, a questão de drogas e violência. Essa garotada trabalha dentro das escolas, pessoal, e trabalha de uma forma voluntária.

O que nós precisaríamos nesse momento seria o quê? De cada município que for atuar junto a Guarda Mirim, Bombeiro Mirim, precisaria de quê? De um representante do Conselho Tutelar. Por quê? Porque o Conselheiro é quem vai capacitar aqueles dez ou quinze ou vinte, e eles vão. Eu falo para vocês, porque eu fiz em Ji-paraná, dá muito certo. Eles entram nas igrejas assim, e aí? Sabe, coisa de uma hora, você coloca responsáveis, você fala assim: "poxa vida, atendemos hoje 500 pessoas". Anda, e anda numa velocidade tremenda. Só que isso, viu, Bruno, só podemos atender junto a SEAS, também, porque o do Orgulho do Madeira, mesmo, tem emenda nossa para poder auxiliar essa Guarda Mirim no Orgulho do Madeira, como outros municípios também. Então, nós poderíamos trabalhar em cima disso, em cima desses municípios que já possuem Guarda Mirim, para pegar esses jovens. Porque imagem, vocês criam aí um panfleto informativo para cinco dos senhores, às vezes, panfletarem na feira ou alguma coisa. Agora você imagina com vinte, trinta Guarda Mirim? É um estouro. Eu falo porque eu já fiz no semáforo; faz um pit stop, é um estouro. Você atinge duas mil pessoas numa rapidez tremenda.

Você falou falta de policial militar, Robson. E quando eu entrei como Deputado, senhores, eu pensei comigo, eu falei, eu estou entrando num momento, um dos momentos mais difíceis do Estado. Só para os senhores terem a noção, hoje Porto Velho, não vou falar dos outros municípios, mas Porto Velho hoje contem a mesma quantidade de viaturas que tinha Jorge Teixeira. Então, eu sei que o Governo do Estado tem uma missão que não é pequena, uma missão grande e árdua que é corrigir esses profissionais de segurança pública. Porque ao longo dos anos, não foi uma gestão só, foi ao longo dos anos, os militares vão aposentando, aí vem aquela questão previdenciária que todos sabem, o IPERON inchado, e aí não há aquela contratação devida.

A dívida do BERON hoje, para os senhores terem a noção, ela é gigantesca; se o Governador hoje atual Marcos Rocha conseguir junto ao Bolsonaro, porque essa dívida já foi paga há muito tempo, solucionar, tenham a certeza disso, terá capacidade de fazer um grande concurso público para todas as áreas, para que possa realmente atender o anseio de toda categoria. Então é uma missão não fácil.

E aproveitar que está só na câmera ali, não está na televisão, nem no Facebook por enquanto, Ji-Paraná tem 150 mil habitantes. Hoje tem três viaturas. Então você divide três viaturas por 150 mil habitantes, você pensa assim, meu Deus, é Deus que guarda mesmo. Então assim, é uma missão muito grande reparar esse efetivo que foi se perdendo ao longo do tempo. Uma das formas foi chamar o RR, que é da Reserva Remunerada. Ajuda, porque é um baixo custo, é mais barato, mas teremos que encontrar solução para isso.

Temos aqui a Edileusa, falou sobre a caminhonete e a sala personalizada. Realmente, Edileusa, acredito que todas as delegacias deveriam ter uma sala personalizada, uma sala diferente para poder atender o jovem e não expô-lo no meio, sabe, expor a criança e o adolescente no meio de uma

ocorrência ali; você está ali, daí a pouco chega um camarada todo ensanguentado que caiu na briga com o outro, todo arrebatado, e está expondo algo que, um problema que nem todos deveriam saber, o cara está ali ouvindo, vai depor. Então eu acho que nós teríamos que tentar avançar nisso também. Eu sei que são pastas diferentes, mas tem muitas delegacias dessas que muitas vezes uma reforma em uma determinada sala já daria para que pudéssemos dar esse atendimento igualitário e humanizado, também, mesmo porque nessa sala daria respaldo e segurança para o Conselheiro, porque você leva o adolescente lá para a delegacia e ele fica naquela parte inicial, daqui a pouco chega parente, chega não sei quem, - pô, estão expondo o Conselho, o Conselheiro -, e eles daqui a pouco vão voltar para as suas casas, não tem nem um canivete na cintura.

A SRA. CARLA MARIA DE OLIVEIRA GÓIS – Senhor Deputado, desculpa interromper, mas a mesma sala em que faz o exame de conjunção carnal de uma adolescente, ou de exame de corpo de delito, é a mesma que é feita a dos apenados. Então, a gente entra com um adolescente para fazer o exame e os apenados estão ali na porta esperando, esse é o ambiente.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) - Aí eu fico mais triste ainda. Isso é porque é em Ji-Paraná. Você imagina em outros locais que são menores, lugares que têm menos condições nesse momento. Só que aí, senhores, eu vou falar bem verdade, muitas vezes temos que sair da nossa caixinha, o Prefeito tem que entender: "ah! É do Governo do Estado"? É. Mas, se eu puder ajudar. É igual à escola militarizada, a pessoa fala assim: "poxa, mas o militar tem que estar na rua". E na verdade a Escola Militar é militar aposentado, não é? Ah, não, lugar de PM não é na escola. Poxa, mas se o militar sabe e pode ajudar, eu não vou ajudar porque não é minha obrigação? Eu posso ajudar, agora eu não vou ajudar porque não é minha obrigação. Então, tem muitos municípios desses que a arrecadação é muito boa, é excelente, poderia dar essa humanização, poderia dar essas condições a todos os senhores, eu fico muito triste em ouvir isso de um município igual Ji-Paraná, que em arrecadação e população; também aqui em Porto Velho? Olha o tamanho de Porto Velho, então, aí você pega a folha de pagamento numa prefeitura, falar em especial do município que eu moro, resido em Ji-Paraná, mais de 50% comprometida praticamente. Têm ali 600, 700 portarias e muitas vezes não quer dar um auxílio de R\$ 400 reais, R\$ 500 reais a mais para 10 profissionais que cuidam de um todo, que cuidam de 150 mil pessoas nesse momento.

E essa valorização eu vou falar já, viu, senhores. Ela pode começar conosco também, porque eu tenho certeza absoluta, por mais que o Conselheiro não é função dele captar voto, mas vai ter muito vereador atrás, muito prefeito atrás. Ah! Por quê? Porque você foi eleito; você representa um povo; ele vai atrás de vocês. Fala: "pois é, não é, prefeito, e o que você pode fazer pelo Conselho Tutelar aqui de Ji-Paraná, pelo município tal, se o senhor for eleito, entendeu, o quê que você pode fazer pelo Conselho, fala para a gente aqui"? Coloca os 10, os 15, que tem na sala. Está aqui. Tirou 300 votos, 400 votos, 500 votos. Aqui tem uma representatividade de 10 mil

votos, são 10 mil pessoas aqui agora te ouvindo, 10 mil pessoas te ouvindo, o que o senhor pode fazer pelo Conselho? Você está entendendo? O que você pode fazer. Ah! É! Você coloca por escrito? Então você coloca por escrito. Porque, gente, quem honra, quem tem palavra coloca, então coloca por escrito, você está entendendo, coloca por escrito que o senhor vai fazer isso pelo Conselho. Por quê? Não é fazer você sair na rua pedindo voto para ele, mas ele tem pelo menos uma liberdade de nos seus projetos de campanha poder falar, porque ele não pode chegar e falar: "eu vou fazer isso". E lá não honrou com vocês nem em palavra. Como é que ele vai prometer num debate, na televisão, algo que não teve a coragem de pegar e firmar com vocês; falar porque agora é o seguinte – a partir do momento que o senhor firmar isso em debate nós temos autoridade para falar que o senhor está mentindo, porque o senhor não consegue firmar esse compromisso com a gente aqui agora -; porque, gente, quantas salas as prefeituras hoje estão vazias, estão lá servindo de almoxarifado. Você está entendendo? Não tem cabimento, não tem explicação.

O problema que eu vejo aqui, a Mesa está aqui aposta, é que o município não quer fornecer, não quer dar ajuda, não quer capacitar, porque eles são fiscalizadores. Eu ouvi uma fala uma vez de um prefeito que eu fiquei muito emocionado, ele falou assim: "olha, todo esse meu mandato, todo esse sucesso do meu mandato eu agradeço ao vereador tal, vereador tal, vereador tal". E esses vereadores eram vereadores de oposição. E aí, o pessoal ficou sem entender, porque os vereadores eram os que mais usavam a tribuna para bater nele. Ele falou assim: "eu sei que vocês estão admirados, mas vou explicar para vocês porque eu agradeço os vereadores, porque de tanto eles fiscalizarem, eu tive que começar a entender melhor, eu tive que começar a estudar mais, eu tenho que começar a ir à secretaria, para que eu não pudesse estar apanhando sem dever. Então toda vez que eles iam às secretaria se botavam para arrebentar me ajudou, porque era nesse momento que eu sentava, discutia com os meus secretários, eu buscava conhecer mais os meus direitos, o que e onde eu poderia buscar os meus recursos. Então, nesse momento, as pessoas que estão aqui, elas reivindicam, realmente, a voz de quem não vai ser ouvido, a criança, muitas vezes uma pessoa que não tem a acessibilidade, às vezes, uma pessoa que não tenha conhecimento. Então, eu acredito que se o Prefeito estiver pensando nisso, ele está numa pequenez muito grande, que não merece representar o município dos senhores. Tem que dar condições mesmo. Tem que dar o veículo, está aqui o veículo e vai, vai lá com a sua demanda, porque, poxa vida, ele não tem que pensar em 4 anos, ele não tem que pensar em 4 anos. Ele antes de ser Prefeito, ele é o quê? ele é fruto daquela sociedade. Os filhos dele estão ali, os netos, os avós, ele em si. E se ele não investir em vocês, que vão contribuir para a juventude, que serão mães e pais futuramente, ele não está investindo na comunidade. É como se ele não tivesse pensando na prole futura. Ele está pensando: o mundo vai acabar, o mundo vai acabar no final do meu mandato. E não é isso não, o mundo não vai acabar se não for ele não for reeleito. O mundo vai continuar. Tudo vai continuar. E aí, qual é a contribuição que eu estou dando para que prossiga esse meu mandato. Então, essa consciência tem que existir, senhores, tem que existir. E digo aos senhores, o que mais me entristece o coração é saber que

eles não chegaram lá sozinhos, eles chegaram lá com o voto. Agora, qual a proposta dele. Falando aqui de, - vou riscar aqui -, falando aqui de Tarilândia; poxa, tem mais um ano de mandato do prefeito. E quem estiver aqui, tem alguém de Jarú aqui? Eu me coloco, eu nunca vi esse tipo de coisa acontecer, eu nunca vi esse tipo de coisa acontecer. E me coloco sensível à causa, e não é só em oração não, em ação também, que diz: que é orar e agir. Se for o caso, de repente o município está com dificuldade de arrecadação, que eu não estudei o caso, ver quanto fica o salário de vocês de Tarilândia, eu disponibilizo a emenda para ele, ele remaneja para outro lugar e paga vocês. Não é financeiro? É, senhores, aí vocês vão desculpar, porque é o seguinte, é problema. Muita gente acha que eleição de prefeito é pequena. Não, é o Poder Executivo, ele executa, aí fala: "mas, Deputado Jhony, ele executa se quiser"? Eu já vi, eu já vi e tomei conhecimento de prefeituras que perderam R\$ 300, 400, 500 reais, por questão de picuinha política. Ah, eu não posso fazer, porque o fulano o nome dele não vai ficar legal, há, não sei o quê. Então assim, infelizmente, infelizmente, o Poder Executivo ele é muito importante, por isso a reflexão nessas próximas eleições, nós temos que, em alguns municípios realmente mudar. E assim, eu tive contato com ele umas três vezes. Porque, gente, igual eu falei para os senhores: ser Executivo e tratar os senhores com igualdade, tem que ser uma pessoa, um assistente social, uma pessoa que tenha desenvoltura para mexer com gente. Eu achei que fosse financeiro, porque eu remeti, porque ele é empresário, e o empresário ele faz conta dos centavos. O empresário faz conta centavos. Então, por isso que eu julguei que fosse financeiro, e eu colocaria minha emenda à disposição para resolver essa celeuma. Então assim, essa alternativa do dinheiro, você falar: "ah, mas", não tem, não tem, a emenda está lá. Quanto que é? É que é R\$ 80 mil. Então para poder passar o mandato dele. Falta mais um ano, então R\$ 80 mil e lá ele define se quer colocar em asfalto, se ele quer colocar em qualquer outro lugar, de repente até converta para a compra de um carro, para o Conselho Tutelar.

(Fala fora do microfone)

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Essa celeuma, senhores – vou até passar para a próxima -, não vai finalizar aqui. Eu tenho certeza que a Rosilene está em cima disso, a comissão também está. Eu lembro que eles, eu tinha uma agenda em Ji-Paraná quando me convidaram, o Deputado Alex, Pastor Alex, nós temos grande afinidade e ele sabe que a gente gosta da causa. Ele falou: Deputado Jhony, vamos lá. Então assim, financeiro não tem problema, se for financeiro a gente faz um rateio de emenda, vê o que precisa lá e resolve. E aí, vamos tentar construir juntos para ver o que a gente pode ajudar. Outra situação foi a acessibilidade, tem que ter mesmo pessoal. Só para vocês terem noção da acessibilidade, em Ji-Paraná, eu estou incentivando, o quero ver, eu não conseguir visualizar, mais nós temos um aluno, um amigo nosso que ele é surdo, ele é surdo e eu fiz tradução e intérprete de libras para poder aplicar o Proerd para crianças. Aí ele falou assim: Deputado Jhony, eu tenho uma vontade, eu tenho vontade de ser vereador. E aí quando ele falou tenho vontade de ser vereador, eu fiz assim, eu encostei na cadeira e fiquei

assim. Ele saltou o olho, o que ele pensou; tá doido, não é? Eu fiquei imaginando naquele momento essa questão da acessibilidade, é ele indo lá ao hospital fiscalizar, porque quem tem obrigação de ouvir ele é o pessoal do hospital, ele vai falar, ele chegando e reivindicando algo para o prefeito, o prefeito tem que se virar, vai ter que arrumar alguém para poder o povo entender o que ele está falando, não é ele que tem que andar com alguém. Você está entendendo, quando ele for discursar na tribuna, mesma coisa. Eu comecei a ficar visualizando, porque assim, se o direito dele já, ele já não existe na sua atuação para nós que falamos e ouvimos. Vocês imaginam para ele que não fala. Então eu fiquei sentando na minha cadeira, eu falei: rapaz, você tem que ser vereador mesmo, vai dar um choque de realidade em todo mundo. Porque senhores, o intérprete era para ter em todo local. Aqui tem uma rampa, está lá a rampa de acessibilidade. O cadeirante estando aqui ou não, a rampa está ali. Então, todos os órgãos públicos têm que ter acessibilidade. Nós temos um projeto inclusive em parceria com o Governo do Estado, acredito que vai dar certo, viu Bruno. É uma Central de Intérpretes, uma Central de Intérpretes de Libras. Então, como é que funciona, eu vou falar central porque foi a solução que eu encontrei Bruno para equipe técnica dos senhores. O que é que acontece? Na central vai está o local da internet, vai ter número funcional. Quando o surdo for, porque o seguinte senhores, esse surdo, ele foi ao hospital, temos um grupo de WhatsApp e eu fico lá só peruando ali e aí ele falou assim: ajuda o hospital. Como surdo nunca ouviu, ele troca os verbos, ele troca as ordens da palavra. Ele quis dizer o quê? O hospital precisa de ajuda. Quando a nossa assessora chegou ao hospital, ele já havia sido consultado, pasme os senhores, ele sentou numa cadeira, você sabe muito bem que o médico muitas vezes nem pergunta o quê que é; só olha e vai receitando o remédio. Eu acredito que o médico olhou assim, deve ter ficado intrigado. Quem está doente já chega falando: Ah, doutor. E eu acredito que o médico olhou para cara dele, como ele não falou, o médico fez? E aí ele fez assim..., o médico baixou a cabeça, tacou a caneta. Quando nós chegamos lá, o receituário do rapaz era remédio para dor de ouvido, está entendendo como é o negócio? E aí? Então, nós vamos dar viu Bruno, essa condição desse número, dessa Central de Intérprete por quê? Porque nesse número funcional o quê que ele faria naquele momento, o médico? Faria uma chamada de vídeo, a intérprete atenderia e a intérprete gente podia está em casa. Mas, vamos falar a verdade, poderia está até em casa nesse momento, de noite, não precisaria está lá na central. Atenderia, pois não é lógico, em libras; vira o celular para o surdo, o surdo vai falar: tem 02 dias que eu não como, está doendo o meu estômago, estou com essa dificuldade assim, assim assado. Pronto, ela vai falar com o doutor. Doutor é o seguinte, o problema dele é: ele tem dois dias que não come, ele está assim, assim, assim, pronto. E isso pessoal, pode ser utilizado na delegacia para poder coletar demanda, para poder, o surdo foi abordado e aí? Uma vez já finalizando essa parte, eu estava no GOE, nós abordamos um rapaz e nós julgávamos que ele era o agente, ele que tinha praticado o crime e ele não, ele era a vítima e aí ele nervoso e ele começou... E aí comandante falou: rapaz, eu acho que esse cara está fingindo, vamos dar uma apertada nele, ele vai falar. Você está entendendo? Então assim, olha

só. Aí que caiu a ficha, gente nós precisamos da Polícia Militar ter um curso de libras e estamos colocando viu Rosilene, dentro da pasta da Polícia Militar no curso de formação a disciplina de libras e aí nós podemos colocar também essa sua demanda que é do Conselho Tutelar. Porque o ECA, vamos lá gente, quem vai dar, quem é que vai lá na sala aplicar o ECA para o policial militar? É outro policial militar, é assim que funciona hoje. Então, o policial militar, ele vai abordar alguns temas somente que são de pertinência da polícia militar. Então, nesse momento também, quando acontecer os cursos, quando acontecer o curso de formação, eu tenho certeza absoluta que o Comandante não vai se opor, nós termos alguém que possa ir lá palestrar, por exemplo, quando os cursos de formação acontecem senhores, quando não é tudo aqui em Porto Velho, é Porto Velho, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena, não tem em outros lugares, quando não é tudo em Porto Velho como foi agora, tudo em Porto Velho. Então, resumindo, nós tivéssemos tirado um dia para ela palestrar, todos ali estariam sabendo os seus direitos e deveres, o que tem que fazer, o que não tem, já imprimir, já deixa impresso, entrega para cada um deles. Então assim, tem esse compromisso viu Auzilene, para gente está encaminhando essa demanda e está articulando, mais precisaríamos do senhor porque se falar assim: não, ele tem que conhecer o ECA. Gente, quem vai dar o ECA lá na Polícia, no curso de formação é o capitão. E quem entende da pegada dos senhores aqui são vocês que estão na rua. Seria importante viu Rosilene, a gente construir isso juntos. Tem esse meu compromisso de avançar para fazer essa tratativa aí. Colocou aqui, ah, foi da Maryland, do carro na Assembleia. Rapaz, oh, eu vou falar para vocês do carro da Assembleia. Oh meu Deus! Esse carro me deixou na mão lá em Tarilândia, 11 horas da noite, no meio do nada e ficou lá. Hoje, assim, eu vou falar por mim mesmo, não espero nada neste sentido e os carros que nós temos hoje em Ji-Paraná eu comprei no leilão e eu entendo que não é um gasto, é um investimento. Hoje eu tenho três veículos em Ji-Paraná que eu comprei em um leilão. Fico de olho no leilão, aparece um carro barato e falo é esse aqui mesmo que vai servir para ajudar. Então, tanto que quem mora nas redondezas de Ji-Paraná, até para ajudar nos eventos sociais com crianças, nós temos dez máquinas de algodão doce que eu comprei com o meu salário, cinco pula-pula, comprei tenda, comprei cadeira, então isso é investimento, é ajudar as crianças não é? E outra coisa, foi dito, diária dos parlamentares. Isso senhores, sempre vai existir, pessoas que entram no poder público mal intencionados e aqueles que querem ajudar. O ano que antecedeu a minha vinda a esta Assembleia Legislativa, foi de Vereador, eu vim de Ji-Paraná e fiquei o ano inteiro sem diárias. Mas Jhony você ficou o ano todo sem vir? Não. Eu falava rapaz, você está descendo para Porto Velho? Estou. Tu não me dás carona não? Dou. Jhony tu dormias aonde? Rapaz, eu chegava ao quartel ali e falava, rapaz tem uma cama aí? Tem. Porque sempre tem no quartel e ficava lá. Isso é o quê? Respeito ao dinheiro público. Respeito ao dinheiro que não é nosso, não é da Câmara, não é da Assembleia, é um dinheiro que é de vocês. Mas isso senhores, é inerente ao CPF de cada um. Isso aí você tenha certeza disso. E a questão do respeito dos parlamentares com os senhores, por falta de conhecimento, infelizmente, não só os senhores, mas todos os setores, eles pecam por isso, falta de conhecimento. Mas saibam senhores

que aqui nesta Assembleia Legislativa os senhores têm voz, tá? Eu estou aqui com os senhores para o que der e vier, né? Poderia ter feito Audiência Pública ontem à tarde? Poderia, hoje estaria em casa vendo a família, mamãe e tudo o mais. Não, mas eu vou fazer com paciência, com tranquilidade, entendeu? Por quê? Porque eu acredito que os senhores mereçam todo o tipo de atenção. Eu fico olhando para a cara dos senhores aqui, os rostos dos senhores, e eu fico imaginando qual será a próxima ocorrência que vocês vão pegar. Eu fico pensando: "Meu Deus!". Porque quando eu saía para trabalhar, Bruno está aqui a Gorete também, eu falava assim: "Meus Deus, que ocorrência eu vou pegar hoje?" Porque é impossível você pegar 12 horas de trabalho e não aparecer nada. Você está entendendo? Então eu fico imaginando, senhores, as dificuldades que os senhores já enfrentaram e as dificuldades que os senhores ainda vão enfrentar.

O SR. BRUNO AFONSO – Deputado me permite?

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Claro.

O SR. BRUNO AFONSO – Aqui, Bruno. É porque o senhor até falou disso. Os rostos e eu senti um pouco de sinceramente em credibilidade na questão que tratei aqui com vocês a respeito do questionário. Mas assim, eu entendo que é difícil para vocês ouvir uma coisa dessas e acreditar que possa vir a ocorrer. Mas assim, a política pública ela tem que ser desenvolvida, a gente não pode simplesmente ir atendendo um ou outro, existe a necessidade da preparação do PPA para isso. Então, a título de exemplo, a gente já tinha toda uma preparação com referência a Assistência Social, com isso a gente conseguiu a fazer a aquisição de 52 veículos para os CRAS e CREAS do Estado entendeu? E estamos agora quase para fazer o repasse para os municípios fazerem a construção salvo engano, são 28 ou 23 CRAS. Agora, provavelmente este ano o município de Rolim que foi o primeiro a entregar o seu projeto tudo ok, vai poder fazer a construção do CRAS. Então assim, é uma construção. A gente precisa dessas informações, por isso que é com desenvolvimento da mesma forma o Criança Protegida. Então, eu sei que é difícil acreditar às vezes em falar disso, mas podem ter certeza de que é uma proposta que vai andar para frente, está bom? Eu agradeço.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Desculpe tem uma moça lá atrás antes. Se ela puder apertar?

O SRA QUEICIA DORING – Bom dia. Meu nome é Queicia. Eu sou de Espigão d'Oeste e a minha contribuição eu vejo assim para ajudar a classe do conselheiro tutelar, seria muito interessante, pensarmos numa política de ação ou até mesmo em uma mídia, aonde coloque a valorização e a importância do trabalho do Conselheiro, como? Porque nós como anteriormente, agora na política, vamos dizer assim que a gente teve que ser eleita e tal enfim, a gente sofreu com uma coisa nas redes sociais que eu falo assim que é uma vergonha a sociedade, onde uma frase bem assim: vote na varinha de goiaba. Isso daí é uma vergonha para nós como cidadã, não estou falando isso como Conselheira, porque a sociedade não

tem o conhecimento da função do conselheiro. Quando você valoriza o seu profissional e aonde valoriza também a função do Conselheiro tendo uma mídia de informação ou algo assim, algo a se pensar, você também valoriza todo o empreendimento disso tudo, que o que é a nossa função, é a proteção, então essa seria a minha contribuição.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Parabéns, muito pertinente, viu Bruno. Eu acredito que...

A SRA. QUEICIA DORING – é a proteção. Então, essa seria minha contribuição.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Parabéns. Muito pertinente. Viu, Bruno, eu acredito que podemos estreitar isso. Nós temos uma equipe de mídia não é? Eu já pensei, enquanto ela falava, eu pensava em fazer algo ali, talvez, em Ji-Paraná, porque a nossa equipe fica lá. Mas eu acredito que seria muito importante, Bruno, talvez, partir da SEAS, porque uma vez que parte Seas vai usar todo o meio de comunicação a qual o Governo do Estado tem. Então, realmente, muito a pertinente para que eles possam saber. E aí dentro desses vídeos, Bruno, acredito que poderia colocar talvez o dia a dia. Poderia fazer um videozinho curto, explicando a função, bem pequenininho mesmo assim, talvez uns 40 a 50 segundos explicando, e os outros 50 segundos no dia a dia. Uma ocorrência, alguma ação que aconteceu. E lógico, brasileiro, o brasileiro ele é; que termine feliz, que termine bem. Ou seja, houve a contribuição do conselheiro para que aquilo resolvesse. Acredito que fica bem positivo mesmo. Acredito que agente possa partir esse caminamento.

Eu acredito. Seu nome é? Queicia. Você falando, antes mesmo de tentar sair a Vereador ou pensar em ser Vereador. Eu Sou formado em magistério, sou licenciado em física. Se eu não tivesse sido policial militar eu era um professor. Mas meu sonho era ser policial militar. E mesmo na Polícia Militar ainda fui para a sala de aula que foi o Proerd. Eu imagino assim. Se o Estado, eu falo o Brasil como um todo, o Brasil como um todo agora. Ele, toda segunda-feira, toda segunda-feira, ele colocasse adolescentes dentro de um auditório, para passar um vídeo, passar um vídeo de uma pessoa que teve superação. Uma pessoa que era pobre, realmente veio de baixo, e hoje se tornou o juiz, se tornar um promotor, se tornar um professor de faculdade. Na segunda-feira, toda segunda-feira é o dia. Eu acredito que nós teríamos um ganho tremendo com isso, entendeu. Mostrar que têm pessoas que passaram pelo o que eles passaram, até pior, e hoje estão bem. Isso senhores é dar esperança, e esperança não é a de esperar não. é de esperar, de aguardar algo melhor, algo que possa realmente atender o anseio de toda sua família. Parabéns, viu Queicia? É um exemplo, realmente a sua colocação foi fenomenal.

E mais duas situações aqui senhores... Abriu sua fala, desculpa.

A SRA. IZARINA BASTOS – Então, sobre a questão de carro. Alguns estavam comentando aqui, e aí me veio a memória que este é o meu primeiro mandato. Sou do 4º Conselho aqui

de Porto Velho. Vai acabar agora em janeiro. E nós lá do 4º Conselho estamos esperando um carro até hoje, porque nós não temos um carro do Conselho mesmo.

O Deputado Léo Moraes fez uma emenda, salvo engano, acho que 2017? Ano passado? E nós estamos esperando esse carro até hoje e ele não chegou ao 4º Conselho. E o carro que estava atendendo a gente era um carro que a gente fez um documento e pediu ao MP uma doação. Porque nós não tínhamos nenhum e dependia da Secretaria, e nem sempre tinha carro para atender. E aí, essa semana até apareceu um carro lá da Secretaria, até melhorzinho, porque o do MP também de tanto que rodou, rodou, que já não era novo, também já não deu mais conta de rodar. Então assim, é deixar essa indignação, porque esse tempo todo, e essa emenda, na realidade, ainda não beneficiou ao 4º Conselho.

A SRA. ANA CÁSSIA - Deputado. Só complementando a fala aqui da colega. Na verdade, o que está acontecendo em relação a esses carros, foram ganhos dois carros para o 3º e 4º Conselho. Porém a burocratização da prefeitura, da Secretaria SEMASF é que está causando esse transtorno. O Deputado fez a emenda, foi tudo certinho, a Rose tem conhecimento disso. Porém, o que está faltando é mais empenho da prefeitura em respeitar e fazer cumprir o que o Deputado já fez. Porque não adianta nada pedir emenda, aparecer projetos, aparecer coisas, e a prefeitura não ajudar. A Rose tem conhecimento disso, ela sabe como é que funciona. É muita burocratização, coisas mínimas que eles poderiam fazer em um dia, e acabou o mandato e Conselhos estão sem carro. E só para complementar aqui também. Eu queria convidar todos em nome da Marina, ela teve que ir embora, que ela é uma das Coordenadoras da rede de enfrentamento. E aí, toda segunda e terça-feira de cada mês, no Ministério Público, tem uma reunião só para tratar desse assunto, do fluxo. Então a gente viu que como já foi falado que muitos não têm o conhecimento do fluxo, como é que funciona. Então eu convido a todos vocês, podem mandar representantes, que estejam lá para entender como funciona o fluxo, para que não haja contradições, que digam coisas que não se sabe. E agradecer também – eu sou Ana Cássia do 1º Conselho. E a agradecer também por estar aqui, junto com os colegas, porque só nós sabemos o que nós passamos, e são todos os dias. Isso eu falo com propriedade. Primeiro mandato, mas foi um mandato muito complicado, principalmente porque nós não temos apoio da Prefeitura. Infelizmente não tem ninguém aqui da Secretaria (SEMASF) para ouvir, mas eu garanto para o senhor e falo com propriedade: ela não tem nos dado o apoio necessário, desmerecendo todos os Conselhos de Porto Velho e do Distrito de Jaci Paraná.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Senhores, e assim: vou ser bem realista. A emenda do Deputado Léo Moraes, com certeza, como ele já saiu do mandato, já não existe. Mas é como eu falei anteriormente: o Poder Executivo é muito importante. Entendeu? A equipe dele, se não tiver debruçada, não acontece. Eu tive que, neste momento, jogar as minhas emendas lá em Ji-Paraná em uma associação, porque não vi o Prefeito se mexer, se movimentar naquele momento, pelas minhas solicitações, que era para fazer a revitalização de uma

praça que serviria para a terceira idade, e diz que tinha outras prioridades. Então, se eu colocasse o dinheiro ali, não precisa nem ser uma pessoa formada em Política: ia perder a emenda. Então, infelizmente, como virou o ano, com certeza essa emenda já se perdeu. Vamos tentar ver o que a gente consegue construir, Bruno, não sei com relação à questão dessa estrutura, porque para atender a ocorrência, tem que ter como chegar lá. Porque senão não tem possibilidade.

A SRA. ROSILENE MARIA DA SILVA – Deputado, a emenda não foi perdida. Ela foi disponibilizada para a SEAS e agora está no município. Segundo informação, está em processo final de licitação, dos carros.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Então a SEAS, se estiver lá ainda, a SEAS...

A SRA. ROSILENE MARIA DA SILVA – Passou para o Município.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Passou para o Município? A SEAS?

A SRA. ROSILENE MARIA DA SILVA – Aí, a SEAS repassou para o Município, e ficou parado por conta do processo eleitoral do ano passado, que não podia fazer. E esse ano já está em processo de licitação na Prefeitura, no município.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Então, neste momento, senhores, eu parablenho, viu, a primeira-dama, para a SEAS, porque as emendas dos deputados anteriores acabam vindo para este ano. Então, se vai acontecer o carro, é porque, com certeza, ela tirou do orçamento dela para poder deixar lá os veículos para que vocês possam usar.

Finalizando, senhores, quando eu falei dos surdos, eu esqueci de fazer o fechamento. Bruno, da mesma forma que nós vamos fazer essa central de intérpretes, se nós tivéssemos aí um número funcional, um advogado especializado para que eles pudessem, num momento de refrigério, estar fazendo um vídeo, eu acredito que já ajudaria bastante. Porque você chega numa determinada ocorrência, principalmente nos menores lugares aí, está você, está o policial civil, ele não está entendendo o que você quer. E o direito da criança está sendo infringido. E eu acredito que, de repente, ter esse aparato, ter esse advogado à disposição ao fazer esse número, essa chamada de vídeo, até que pensássemos em outra situação, eu acredito que poderia auxiliá-los. Eu não sei se os senhores compactuam com a mesma ideia, porque eu já tive dificuldades, na Polícia Militar mesmo. E aí, o que nós fazemos? A gente liga para o 190. E lá no 190 tem alguém capacitado que vai me dar toda a orientação. "Jhony, é o seguinte: o encaminhamento que você vai tomar é esse, esse, esse, esse e esse." É? É, "ponto".

Então assim, eu acredito que o que pudermos trazer de ferramentas para utilizar... Eu dei essa ideia, Auzelino, mas a gente pode construir juntos, entendeu? Foi algo que eu pensei agora, porque você ter um advogado à disposição na hora que você precisar... De madrugada, né? O cara tem que estar

disponível no plantão, até mesmo de madrugada, que é a hora em que você precisa, é a hora em que acontecem as coisas. Eu falo porque a central está. Quando eu ligo no 190, ele está lá.

E a outra situação é com relação a... Eu achei muito pertinente, o Conselheiro falou, a questão da política. Mas, eu já pensei e repensei em várias situações como essas, não só essas como outras eleições, como associações. Infelizmente, a forma como faz hoje, senhores, é a forma ainda menos gravosa, sabiam? Porque assim: quando se coloca de uma forma de um concurso público... Resumindo: aquele que melhor estudar passa. Mas será que ele tem aptidão para aquilo? Você vai ter um bom profissional técnico. Mas, gente, para ganhar o salário que vocês ganham, tem que ter coração. Você está entendendo? Tem que ter coração. Então, eu fico com receio disso. Qual é o time que vai se montar, né? De pessoas técnicas... Porque tem que ter coração, né? Aí, o que acontece? Olha só, se você coloca um processo seletivo, por exemplo, aí as prefeituras vão fazer um processo seletivo. Você está entendendo? E, neste processo seletivo, qual é a certeza de que não está havendo influência? Você está entendendo? Então assim... Mas lógico, como eu sempre digo: a voz do povo é a voz de Deus. Se em Assembleia, vocês, reunidos, definirem e falarem assim: não, para nós o interessante é concurso. A gente vai juntar e vai tentar fazer concurso, né? Claro!

O SR. SÉRGIO AUGUSTO OLIVEIRA - Ouvi a colega ali dizendo "eu não concordo". Eu vou citar aqui uma coisa assim, só para acrescentar. A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro começou a exigência com primeiro grau. Aí você vai para uma academia, faz a formação: são seis meses, 180 dias. Depois, na sua necessidade, ela passou para nível de segundo grau. E, agora, ela vai exigir terceiro grau. Com certeza, você tem uma pessoa dentro do âmbito tradicional, mas com afinidades de trabalho com um nível de cultura melhor, até o tratamento com a pessoa. Mas o que eu vejo, aqui nós colocamos o concurso público, o colega lá de Vilhena deu a ideia e nós trabalhamos com o sistema de voto e a questão da carga horária. A primeira coisa que nós vemos, não fazendo injustiça com nenhum município, o direito da unificação salarial. Esse é o primeiro ponto que vocês têm que colocar. Porto Velho, não fazendo injustiça à Prefeitura e nem à Câmara de Vereadores, junto com os colegas sabem disso que nós, junto com o Vereador Edésio, fomos até aquela Casa do Executivo solicitar o aumento de direito desses guerreiros. Não divulgamos, vou poder divulgar agora porque já está prevista a eleição e os candidatos, mas é um aumento de mais de 70% sobre o valor da salubridade. Isso foi conseguido com muita luta através daquela Casa. Então quando o Robson, que eu até brinco com ele, falo assim: quero ver o pai de um filho encarar um homem desses falando "eu vim aqui tratar um assunto do seu filho".

E em relação aos distritos, muito bem fundamentado e colocado pelo pastor Jhony e pela sua assessoria que conhece também e estudou tudo o que vocês estão passando. E quando o Jhony coloca a questão da segurança que nós falamos aqui com o sargento também, sua colega também militar, policial, e nós vimos essa interposição entre colegas, porque nós somos visto, o fardamento que é a representação do Estado, é de direito e tem que ser respeitado também, nós vimos que nós

somos opositores ao conselho, jamais isso. Quando uma criança é colocada de maneira injustificada, mas eu vou fazer uma pequena breve aqui. O pastor Cláudio Duarte, em um seminário com jovens tinham as meninas. Ele olhou para as meninas, ele falando com os meninos, claro que os meninos pensam logo em outra coisa, todo mundo quer casar o mais rápido possível, ele olhou para as meninas e falou assim: "E vocês, quem quer casar?" Poucas meninas levantaram a mão, viu Deputado, de 16 a 18 anos de idade. Pouquíssimas. E ele ficou indignado com aquilo e ele falou: meu Deus, porque essas meninas, sargento, não querem casar? E foi abordar algumas adolescentes. E elas falaram assim: "Eu? Casar? Para passar o que a minha mãe passa?" Gente, ali estava falando de filhos de pastores, amém. "Para passar o que a minha mãe passou, está no terceiro, quarto casamento?" Eu sou filho de pais separados, minha irmã foi abusada sexualmente quando era nova, não tinha nem 1 ano de idade.

Então eu senti na pele isso. Eu vi a minha mãe ensanguentada, meu pai, antigamente, nas casas antigas Deputado, era um bidê e um vaso, um ao lado do outro, quem é mais antigo aqui sabe disso. E a minha mãe conseguiu entrar dentro daquele lugar e protegia os seios. O meu pai chutava o rosto da minha mãe e sangrava. Eu tinha em torno de 4, 5 anos, eu vou fazer 50 anos e essa imagem está na minha mente até hoje. Quando vocês falaram da questão da psicologia, do acompanhamento, se não vai até o fim, viu Robson, não adianta. Se não se completar o ciclo, você não fez a sua parte. A pessoa fala "ah, eu fiz a minha parte." E joga para o outro. Não, vamos cumprir e vocês são dignos sim, de levantar essa bandeira.

Olha, uma preocupação que vocês tem que levantar a bandeira com este homem aqui, com o Deputado Jhony. Aproveitem essa oportunidade deste gabinete aberto. Vai haver a retirada de municípios, Rondônia, Mato Grosso, vão ser 120 municípios destituídos, vão acabar. E esses conselheiros, na verdade não se incorpora, porque os conselheiros vão ter uma situação, se vocês não levantarem isso a nível nacional viu Deputado, essa preocupação, nós temos vários municípios aqui em Rondônia assim, são 6 no total. Vocês têm que abraçar a causa desses colegas. Será que a Prefeitura, a Prefeitura pode se opor e dizer: não, o meu custo, viu Deputado, eu não vou agraciá-lo com esse pessoal. Vocês precisam também colocar isso em pauta nos questionamentos de vocês. Transporte nem se falam, Deputado Jhony, a nossa amiga Ana Cássia eu brigo com ela que isso é uma guerreira que, às vezes, a gente sai de lá 1 hora da tarde, 2 horas, não é Ana, com reuniões junto com os vereadores, para que possa ser feito Jhony, foi anunciado uma compra de 130 ônibus. Amém. A prefeitura teve essa hombridade de: vou lá, vou fazer. Mas não me resolve o problema a outubro. Meu Deus. Eu fui me formar no segundo grau aos 23 anos de idade no ensino supletivo, já velho, eu trabalhava de dia e fui terminar o segundo grau a noite. Eu entrei na Polícia Militar no último ano, viu Deputado, no último ano, eu com 29 anos de idade, eu cursei o curso de Polícia Militar com 30 anos de idade já completos. Como diz o outro: "Na raspa do tacho". Mas eu não desisti. Deus é grande na minha vida. Eu, para finalizar, tenho vários pontos aqui, a questão dos portadores de necessidades especiais, que é minha

formação, de transporte público, acessibilidade, é vergonhoso para uma capital.

O custo disso é muito grande. E não dá voto. Não dá voto. A parte hídrica da cidade, esgoto, não dá voto. Você investe R\$ 100, viu Deputado, R\$ 200 milhões, vai tudo para debaixo da terra. É mais fácil você iluminar uma praça, fazer para todo mundo ver. Mas temos, vocês são o esteio de tudo. O diagnóstico principal da Infância e Juventude vem de vocês. Vocês não fazem ideia da importância do relatório de vocês. Aliás, muitos aqui fazem ideia. Mas chegando em Brasília, nós temos que nos posicionar, hoje, na questão da unificação salarial em nível federativo. Porque os Municípios, hoje, vão empurrar sempre. Se Porto Velho passar a ser R\$ 3.800,00 quando houver essa unificação ela não vai poder retroceder para pagar menos para o colega lá de Pimenta Bueno, de Buritis. Essa unificação é valorosa. Então, fiquem felizes quando um colega vai ter um salário... em Jaru teve, vai ter também; Fiquem felizes, mas lutem amalgamados, amém?

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Senhores, partindo para o final, a Mesa aqui, a Dra. Ivanilde pediu 1m30s para fazer as considerações finais. Dra. Ivanilde.

A SRA. EVANILDE DO NASCIMENTO MARINHO - É, foi levantado, logo no início, pelo Rafael, sobre a participação dos advogados também, no Conselho, né? Isso pode, desde que o Presidente do Conselho do Município requeira, junto às nossas subseções, ao Presidente, que haja participação do Advogado. Eu estou representando a OAB, aqui junto ao Conselho Estadual de Ação Social. E todo Conselho que queira a participação de um advogado para estar auxiliando nessa parte jurídica, é só reivindicar junto aos nossos Presidentes, aos Presidentes das Seccionais. Das seccionais, não. Das subseções, tá bom? E aqui em Porto Velho a nossa Seccional, que é o nosso Presidente Elton Assis. Tá bom?

E agradecer, já parabenizar todos os conselheiros que estão aqui pela sua data, não é? E dizer que persistam, não é? E essa questão do Concurso Público eu acho que é algo a ser pensado e trabalhado em conjunto. Inclusive, se quiserem nos procurar ali, e a gente puder, de alguma forma, estar auxiliando, nós estamos ali na OAB para ajudar. Tá bom? E qualquer coisa que precisem, podem ir lá, tem uma equipe de apoio. Nós temos uma ouvidoria, como eu já falei, que vai estar ouvindo vocês, e dentro dos limites legais, estaremos atendendo. Muito obrigada.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Enquanto conversava aqui, a Maria Gorete Reis também gostaria de fazer as considerações finais.

A SRA. MARIA GORETE REIS – Bom, eu fiz diversas anotações aqui, mas, como não temos tempo hábil, nem vou comentar, tá? Mas vai ficar para a nossa reflexão, análises e posteriores questionamentos, não é? Junto aos demais da Mesa e outras instituições que não puderam estar aqui hoje. E eu só gostaria de reforçar a questão que vocês colocaram em relação à formação, da ampliação da formação. E deixar esse pedido aqui para SEAS, para os mais desenvolvidos, responsáveis pela

formação dos Conselheiros, que é fundamental, não apenas a formação dos conselheiros, inicial, continuada, que seja, mas que ela seja ampliada, estendida a toda a rede, a todo o sistema de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Desde o assistente social, psicólogo, estender às escolas para que os professores, os docentes também tenham acesso a essa informação, a esse conhecimento.

A gente sabe que a sensibilização da sociedade é feita por meio do conhecimento, não é? E o conhecimento ele traz algo bem particular. A pessoa, além de ser convencida, ela tende a se engajar mais, não é? Então a sensibilização ela parte disso aí. Além dos exemplos que cada conselheiro dá no seu dia a dia, na sua batalha diária, mas é fundamental, também, esse conhecimento que a gente possa dar acesso a toda a sociedade. Então, quem quiser participar e não apenas o conselheiro. Bom. E fica o meu último pedido para que vocês possam acessar e utilizar para quem ainda não utiliza, o SIPIA.

A gente acha: "Ah, é só mais um sistema". Mas nós sabemos, quem está lá na Secretaria Nacional, quem está no Conselho Nacional, quem está na gestão do Sistema de Garantia dos Direitos, sabe que isso é primordial. Para que a gente possa ter a informação necessária e até para que vocês possam comprovar de fato o que vocês fazem no dia a dia. Muitos de vocês ficam na correria, imensa; manhã, tarde e noite, final de semana, madrugada, feriado, mas isso não fica registrado. Muitas vezes se perde pelo caminho. Se vocês utilizarem o sistema, vocês vão ter uma comprovação do que vocês estão fazendo diariamente, constantemente. Bom. Só agradecer pela oportunidade, nos colocar, colocar o Instituto Federal de Rondônia mais uma vez à disposição de vocês. A vocês e muito obrigada sucesso para todos.

O SR. ROBSON MARTINS - Deputado, só uma falinha, aqui o Robson, aqui na sua frente. E gostaria de agradecer primeiramente a vocês policiais que fazem a nossa proteção. E quando nós entramos como colegiado nos Distritos de Jaci-Paraná da Ponta do Abunã, não tinha diálogo com Conselho com a PM. E hoje mesmo que a gente não seja eleito que alguns não continuaram, mas, nós tivemos sentado, conversado, e hoje nós temos diálogo com a PM. Nós agradecemos muito a presença deles, e como eles se disponibilizam para nos ajudar da mesma forma de quando eles estão com dúvida no ECA, como o senhor falou, é a nossa área, eles não em problema em nos ligar e perguntar, olha é assim, é assim? Da mesma forma, somos nós quando nós estamos com dificuldades que é a área de vocês. Deixar o agradecimento aos PMS, nos Distritos ao longo da BR 364.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Na verdade, Robson, é que no ímpeto de querer ajudar, muitas vezes tem pessoas que estão a nossa volta tentando encontrar alguma falha e dizer que é um excesso. Então, às vezes a Polícia Militar, mesmo fica com receio, chama os senhores para poder conduzir, para conduzirem as crianças. Porque já aconteceu em Ji-Paraná, inclusive de o caro do Conselho não está disponível, no passado, quando eu era policial militar, e o único meio de locomoção era a viatura, levou uma criança ali no meio, tudo certinho, bonitinho, mas, infelizmente representava a guarnição, como

se estivesse expondo a criança esse tipo de coisa. Então, assim, por isso que nós homens de bem que pensamos numa coletividade, a gente tem que se juntar e temos que nós ajudar nesse momento. Por quê? Porque tem pessoas lá fora que estão querendo causar desordem e se vê um deslize ou algo que deu errado, tanto da Polícia Militar quanto do Conselho Tutelar, tenham a certeza disso, eles não vão se furtar e vão para cima mesmo. Aconteceu inclusive em Ji-Paraná, quantas vezes o conselho atuando, ajudando a sociedade, aí aconteceu uma situação de uma situação isolada. Esses dias estavam vindo com toda força para cima do Conselho de Ji-Paraná, entendeu. Então, assim, temos que nos cercar disso e temos que nos fortalecer. Bruno, alguma consideração Bruno?

O SR. BRUNO AFONSO – Eu gostaria de agradecer a presença, ou a participação. E gostaria até de dizer sobre aquela sua fala que eu não quis interromper na hora, mas, sobre a questão do Curso de Libras. Agora está acontecendo nesse exato momento provavelmente talvez esteja terminando, a gente está fazendo junto com a Polícia Militar, a Escola de Governo e a SEDUC, um Curso de Libras para os policiais militares, por acaso, a gente estava fazendo isso aí em conjunto. Mas, agradeço o espaço é importante demais para a gente estar aqui ouvindo um pouco como eu disse a vocês muitas demandas aqui vão ser levadas. E gostaria que vocês dessem enorme atenção ao questionário que vai provavelmente semana que vem, ele é extenso, mas, ele é extremamente importante como disse para vocês, para ter esses dados bem compactados lá, e ele vai servir de suporte para a gente poder fazer as nossas ações, foi feito com muito carinho, foi inclusive pela nossa Gerente aqui da Proteção da Família que está aqui presente nossa Coordenadora também de Direitos Humanos que são as responsáveis pela pasta da criança e adolescente. Eu peço a colaboração de você quanto a isso ok. Logo mais provavelmente também estaremos, provavelmente não, estaremos enviando o Plano de Ação do Criança Protegida que alguns aqui participaram. E agradeço a participação de vocês, inclusive no Criança Protegida. Obrigado gente.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Luzilene; vamos construir juntos esses encaminhamentos, viu, construiremos juntos com o Bruno, junto com o a Primeira Dama. Na verdade, você acha que é um calo, mas, você me ajuda viu com certeza. Isso é excelente. Hildebrando, eu gostaria que você fizesse as considerações finais com relação. A Carla, falou assim, não o Hildebrando, tem que falar, então, está com a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Se quiser usar aqui, fique à vontade por causa da filmagem.

O SR. HILDEBRANDO – OK. Mas, tranquilo. Agradeço assim a presença de todos independente de qual área está cada um, é muito importante aqui nesta Casa de Leis. E esses encaminhamentos também serão muito importantes para o nosso próximo ano e demais anos. Então, aqui a Carla, nos representou muito bem aqui a nossa Associação. Eu fui eleito agora novamente para ser o conselheiro a partir do ano que

vem, e espero poder avançar juntamente aí com a nossa Associação e com todos aqueles que querem contribuir, obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Deputado, só. O senhor me cortou Deputado, o senhor tem esse poder de tirar a fala. Só um anúncio que nós estávamos aqui na Audiência e foi revelado hoje o resultado do Concurso da Bandeira da Assembleia Legislativa, enquanto estávamos aqui em Audiência. E para conhecimento de todos; a Bandeira já está exposta no telão. Uma salva de palmas ao vencedor. O nome do vendedor é Valdiele Aparecido Martins Dutra, com a inscrição 2699, e ele foi vencedor também em 3º lugar com o desenho da Bandeira. Aí ficou prevalecendo claro o 1º lugar que é dele. Essa é a Bandeira Oficial agora da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) - Antes de passar para a Carla e aproveitando o adendo do Mestre de Cerimônias, aquele que tiver aqui em Porto Velho no dia 21 e 22 nós disponibilizamos uma Emenda e dentro das CRES, Coordenadoria Estadual Regional de Ensino, está ocorrendo um concurso de desenho, nós colocamos a Emenda, quem assistiu aquele filme "Estrela" eu acho que é "Estrela", eu esqueci o nome do filme, que uma criança era disléxica...

A SRA. CARLA MARIA DE OLIVEIRA GÓIS – Como Uma Estrela no Céu.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Vi aquele filme e me baseei nele. Então colocamos uma Emenda senhores, todo o Estado representado assim por 17 adolescentes estarão ali no CPA no dia 22 num concurso de desenho. Então eles estão participando entre eles lá, e vai ser a final ali. Então todos os senhores estão convidados a estarem ali conosco também. O ganhador vai pegar um adesivo, todos os carros da SEDUC, vai ter o adesivo do desenho dele e a imagem dele. Então assim, e todos os anos nós vamos fazer esses concurso para poder estar aí também incentivando o desenho.

E passo, neste momento, para não menos a Presidente Carla Góis.

A SRA. CARLA MARIA DE OLIVEIRA GÓIS – Eu quero agradecer a todos vocês que vieram aqui se deslocaram dos seus municípios como eu disse no início, com diárias, sem diárias, com transporte, sem transporte estão aqui conosco parabenizar vocês pelo dia do Conselheiro Tutelar todos nós, no próximo dia 18; agradecer ao Deputado Johnny Paixão por ter aberto as portas, por esta Casa ter aberto as portas, meu amigo em particular, e ter acolhido as nossas demandas aqui, mas para finalizar não poderia dizer o Dia do Conselheiro Tutelar, mencionar o Dia do Conselheiro Tutelar sem dizer de uma pessoa tão importante no nosso meio na nossa Associação que sempre esteve presente conosco, a muitos anos tem dedicado a sua vida, tem dedicado a sua atenção, o seu carinho a área da infância de forma voluntária e tem levado junto com

vocês, é lógico, mas tem levado essa Associação adiante e se hoje essa Associação está fortalecida nós devemos a essa pessoa todo o carinho, respeito, gratidão e ainda hoje fazendo aniversário não é Rosilene Silva? Ainda hoje, então não podemos dizer de Conselheiro Tutelar sem citar o nome de Rosilene Silva, não podemos dizer de ACTRON sem citar o nome de Rosilene Silva e a ela nós oferecemos uma pequena homenagem simbólica e eu gostaria que ela se posicionasse aqui à frente por favor.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Parabéns!

A SRA. CARLA MARIA DE OLIVEIRA GÓIS - Gostaria de convidar a nossa amiga Eliete para que possa fazer a entrega dessa pequena homenagem, uma placa dizendo de quanto você é importante para nós ACTRON. E parece que tem alguém que vai cantar uma canção não é? E nós, já quebrando aqui o protocolo Deputado, olha só como é que eu sou audaciosa, neste momento eu gostaria também de que a colega pudesse cantar a canção e será uma homenagem para nossa amiga e para todos os nossos Conselheiros está bom!

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Débora, não é?

A SRA. CARLA MARIA DE OLIVEIRA GÓIS – Isso.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) - Uma linda apresentação, já está conosco aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, vamos ouvir neste momento, a música Conquistando o Impossível, de Jamily, na voz da cantora Débora Andrade.

A SRA. CARLA MARIA DE OLIVEIRA GÓIS – Permanece Rose, pode permanecer aqui na frente.

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) - Rosilene, eu quero te dar um mimo também, entendeu.

A SRA. CARLA MARIA DE OLIVEIRA GÓIS - Pode permanecer aqui à frente, enquanto a gente canta, está bom!

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Playback!

A SRA. DÉBORA – Bom dia a todos! Boa tarde já, não é? Gostaria de parabenizar a todos os Conselheiros Tutelares pela sua data, que será segunda-feira, pedi que Deus abençoe a todos aqui e em especial a minha irmã, ela falou: “é o meu aniversário eu quero você lá de presente, cancela tudo”. Ela é uma vencedora é um orgulho para a nossa família, nós a amamos muito e eu tenho certeza que é sempre daqui para mais que o Senhor tem para ela. Vamos cantar ou tentar.

(Apresentação da música Conquistando o Impossível)

O SR. JHONY PAIXÃO (Presidente) – Realmente, a música é maravilhosa e casa, não é? Tem tudo a ver com o que os senhores e senhoras encaram aí na rua quando estão trabalhando. Parabéns. Já externei também com a Carla. Senhores, gostaria muito de entregar Voto de Louvor na Audiência, mas o Regimento não permite. Então quando viermos fazer o curso de capacitação, viu, Bruno, vamos tentar ver se a gente consegue dar celeridade nisso, eu acho que eu tenho uma emenda lá, eu quero ver se a emenda pode ser usada para isso, se puder ser usada, a gente pode tentar ajustar para ver isso. E aí, não faremos nesse mesmo instante a entrega do Voto de Louvor, porque o regimento desta Casa não deixa, não autoriza em Audiência Pública entregar o Voto de Louvor junto. Eu gostaria de poder homenagear cada um dos senhores com Voto de Louvor. Então, que no nosso próximo encontro, se Deus quiser, será no curso de capacitação, com IFRO, eu posso estar fazendo essa entrega do Voto de Louvor para cada um de vocês.

E, agradecer, senhores, a minha equipe. Agora a pouco tinha ali a Simone, que é de Rio Verde, veio nos trazer uns projetos de lá. Um deles a fábrica de artefatos e cimento dentro do sistema prisional. Fomos lá, visualizamos. É algo maravilhoso. Traz uma resposta muito gratificante para a comunidade, tanto na reinserção daquele indivíduo na comunidade, como na pavimentação. Hoje com R\$ 100 mil reais, senhores, um gestor pavimenta 100 metros. Dentro do sistema prisional, com R\$ 100 mil, é possível pavimentar até 600 metros. Então percebam que a diferença é muito grande. É grotesca. Vamos tentar ela, que estava agora há pouco. A Semas ali de Itapuã, a Secretária da Semas de Itapuã. Obrigado por estar conosco.

Neste momento quero agradecer a honrosa presença dos membros da mesa, bem como de todos os presentes nessa Audiência. Com certeza a colaboração de todos foi imprescindível para que o objetivo deste evento fosse atingido.

Declaro encerrada esta Audiência e convido a todos para o coquetel que será servido no Salão Nobre desta Assembleia.

Tenham todos uma abençoada manhã, que o Criador os leve para suas residências na mesma segurança que os trouxe aqui. E para fechar mesmo, a Rosilene vem aqui. Passe por fora, Rosilene. Fique aqui. Vamos ver se a gente consegue tirar uma foto. Tenta. Eu vi uma foto que foi tirada aqui, não foi? Que pega a plenária lá. Então, se pudéssemos juntar aqui na frente, mas a Rosilene. A ideia mudou. Fica aqui no meio, aniversariante. E nós vamos tentar nos juntar, porque daqui a foto pega toda a plenária lá embaixo. E a Mesa de autoridades também. Vamos descer para tirar uma foto com eles lá, está bom? Tenham uma abençoada tarde, pessoal. E fiquem com Deus. Não deixem de sair sem tomar o nosso coquetel. Vamos tirar uma fotinho. No Salão Verde. Fala Salão Verde, parece que estou em Brasília. No Salão, pessoal, nós temos agora um *coffee break*. Para podermos dar um refrigerio ao estômago. Já é uma da tarde.

**(Encerra-se esta Audiência Pública
às 13 horas e 16 minutos)**

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ADENDO ESCLARECEDOR Nº 001
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 0014321/2019-13

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, através da **Comissão Permanente de Pregão - CPP**, nomeada pelo **ATO Nº 0221/2019-SRH/P/ALE**, torna público aos interessados, que o **TERMO DE REFERENCIA** e seus anexos, que tem por finalidade a **Contratação de empresa especializada na prestação contínua de solução integrada de outsourcing de impressão, mediante o fornecimento de equipamentos novos de primeiro uso**, sofreram alterações cujo inteiro teor pode ser consultado nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.al.ro.leg.br – link “licitações”.

Em virtude da **ALTERAÇÃO** do **TERMO DE REFERENCIA**, fica **REMARcado** a nova data e horário da sessão pública de abertura deste certame para o **06 de dezembro de 2019, às 9:00 horas**. Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no edital.

Porto Velho/RO, 25 de novembro de 2019.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2019/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 00825/2019-29

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO**, por meio de seu Pregoeiro, designado através do **ATO Nº 0221/2019-SRH/P/ALE**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, consignando o que se segue:

TIPO: Menor Preço **BASE LEGAL:** Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, dos Decretos nº 5.450/05 e 3.555/00, da Lei Complementar nº 123/06, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado com tecnologia VRF, controle de fumaça por pressurização das escadas de emergência, ventilação e exaustão mecânica dos banheiros e das Unidades de Tratamento de Ar (UTA's) com recuperadores de calor do tipo roda entálpica, instalados no Edifício da ALE/RO e seus anexos, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo, a pedido da Secretaria de Engenharia e Arquitetura - SEAR, conforme quantidades e especificações estipuladas no Termo de Referência – Anexo I do Edital. Valor Estimado: R\$ 1.871.139,51 (um milhão oitocentos e setenta e um mil cento e trinta e nove reais e cinquenta e um centavos).**

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's (X) NÃO
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: **06 de dezembro de 2019, Hora: 10h00min.**
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia: **06 de dezembro de 2019, Hora: 11h00min.**
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

www.al.ro.leg.br - (Licitações/2016); www.licitacoes-e.com.br; Esclarecimentos: cpl@ale.ro.gov.br;
Telefone/FAX: (0xx) 69-3218-1496

Porto Velho-RO, 25 de novembro de 2019.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro CPP/ALE/RO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 028/2019/ CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 00016983/2019-22

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO**, por meio de seu Pregoeiro, designado através do **ATO Nº 0221/2019-SRH/P/ALE**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo **Menor Preço**, consignando o que se segue:

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto nº 8.538/15 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HOMENAGENS E OUTROS PRODUTOS**, a pedido do Departamento de Cerimonial, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme especificações e exigências descritas no Temo de Referencia – Anexo I do Edital. **VALOR ESTIMADO:** R\$ 146.950,00 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais).

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's, (x) SIM.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: **09 de dezembro de 2019, Hora: 09h00min.**
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia: **09 de dezembro de 2019, Hora: 10h00min.**
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

- ✓ www.al.ro.leg.br - licitações; www.licitacoes-e.com.br - Esclarecimentos/Impugnação;
cpl@ale.ro.gov.br
- ✓ Telefone: (0xx) 69-3218-1496.

Porto Velho – RO, 25 de novembro de 2019.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro CPP/ALE/RO